EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 173/2026

CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº050/2026

OBJETO: Contração de empresa para execução de contenção tipo gabião nos Trechos 6, 7 e 8 do Ribeirão Escalvado, no Bairro Centro, município de Santa Cruz do Escalvado – MG.

DATA DE ABERTURA DA LICITAÇÃO: 27/11/2026

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS E DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO: ATÉ AS 09:00 HORAS DE 27/11/2026

INÍCIO DA SESSÃO: 27/11/2026 AS 9 HORAS

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília.

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA – Rua Capitão Luiz Sette, 130, centro – Santa Cruz do Escalvado – MG.

VALOR ESTIMADO TOTAL DE CONTRATAÇÃO: R$ 1.066.843,68

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

ESCLARECIMENTOS:

Diretamente pelo e-mail: licitacao@santacruzdoescalvado.mg.gov.br .

Telefones: (31) 38831153 ou (31) 38831152

Horário de funcionamento: 08h00min. às 12h00min e de 13h00min às 17h00.

A concorrência, na forma presencial será realizada em sessão pública, a qual será filmada através de áudio e vídeo.

O Município de Santa Cruz do Escalvado - MG, com endereço à Rua Capitão Luiz Sette, 130, Centro, Santa Cruz do Escalvado/MG, CEP: 35.384.000, CNPJ: 18.316.273/0001-05, isento de inscrição estadual, através do Setor de Licitação divulga para conhecimento do público dos interessados que até às 09:00 horas do dia 27/11/2026, receberá as Propostas Comerciais, para o objeto desta Concorrência Pública, Critério de Julgamento: Menor Preço por LOTE, REGIME DE EXECUÇÃO

EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, mediante as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório, que se subordina às normas gerais da Lei 14.133, de 1° de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e suas alterações posteriores.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação a Contração de empresa para execução de contenção tipo gabião nos Trechos 6, 7 e 8 do Ribeirão Escalvado, no Bairro Centro, município de Santa Cruz do Escalvado – MG, conforme especificações dos Memoriais Descritivos, Projetos, Cronograma físico financeiro, Planilha de custos e anexos.

2. - DATA E HORÁRIOS

DATA – ENTREGA DOS ENVELOPES 1 e 2 DIA 27/11/2026.

HORÁRIO: 09 :00 H

LOCAL: Sala de Licitações e Contratos, situada na Rua CAPITÃO LUIZ SETTE, 130, Centro – SANTA CRUZ DO ESCALVADO - MG

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar da presente licitação os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação.

3.3. Não poderão participar desta concorrência pública os interessados que:

3.3.1. se encontrarem em processo de falência, de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação;

3.3.2. estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.3.3. sejam estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

3.3.4. Seja autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.3.4.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.3.4.2 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.3.5. Mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.3.5.1. A vedação do item anterior se estende para eventuais subcontratadas.

3.3.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.3.7. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si; e 3.3.8. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio.

3.3.8. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio. (*Não será permitido a participação de empresa reunidas em consórcio, pois a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação, são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica, não sendo o caso da presente licitação).*

3.3.9. 4 O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar em anexo próprio ao edital que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006 para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

4. DO CREDENCIAMENTO e APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO.

4.1.- Cada licitante apresentar-se-á com apenas um representante credenciado legalmente que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório, respondendo por sua representada, devendo, ainda, identificar-se ou apresentar sua credencial, exibindo a Carteira de Identidade ou documento equivalente.

4.1.1. - Por credencial entende-se:

a) habilitação do representante, mediante apresentação da carta de credenciamento (MODELO IX), de procuração pública ou ainda particular acompanhada do respectivo contrato social, ato constitutivo ou documento equivalente que demonstre a capacidade para outorgar os poderes inerentes a presente licitação;

b) documento comprobatório de capacidade para representar a empresa como sócio administrador, no caso de sociedade simples, comprovado através do contrato social, ou ato constitutivo no caso de titular de firma individual.

4.2 - Ninguém poderá participar da licitação representando mais de uma licitante.

5- APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA

5.1 - As proponentes deverão entregar, até a data, hora e local mencionados no item 02 deste edital, 02 (dois) envelopes distintos e fechados, contendo o primeiro - n° 01 - Proposta Comercial e o segundo - n° 02 – Documentos para Habilitação.

5.1.1 - Os envelopes deverão preferencialmente constar o nome, CNPJ e endereço da empresa, bem como os demais dados constantes abaixo:

EMPRESA: _____ (nome, endereço e CNPJ)
ENVELOPE N° 01 – PROPOSTA COMERCIAL
CONCORRENCIA PUBLICA N° 050/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO

EMPRESA: _____(nome, endereço e CNPJ)
ENVELOPE N° 02 – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº 050/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO

5.1.2 - Não será concedida prorrogação de prazo para a apresentação dos documentos de habilitação e da proposta, sendo sumariamente inabilitados os licitantes que deixarem de apresentar todos os documentos necessários, ou desclassificadas as propostas em desacordo com o Edital.

5.1.3 - Se no dia previsto para apresentação da documentação e sua abertura não houver expediente na Prefeitura, os envelopes serão recebidos e abertos no primeiro dia útil de funcionamento que se seguir, obedecendo ao mesmo horário inicialmente previsto.

6. DA APRESNETAÇÃO DA PROPOSTA – ENVELOPE n° 01

6.1. - A proposta deverá ser redigida em idioma nacional, com valores em reais, apresentada em original, rubricada em todas as suas páginas, sem emendas, entrelinhas ou rasuras, assinada por representante legal da empresa, constando do orçamento o valor total obra correspondente, devidamente acompanhada da planilha orçamentária e cronograma físico financeiro.

6.2 - No preço deverão estar incluídos todos os custos e despesas decorrentes da execução do contrato, tais como: responsabilidade técnica total, pessoal, encargos sociais, materiais, sinalizações, transporte, seguros, ferramental e equipamentos necessários, incluindo material de proteção individual e tributos de qualquer natureza.

6.3 – A proposta deverá ter validade por um prazo não inferior a 60 (SESSENTA) dias corridos, contados da data fixada para o seu recebimento e abertura.

6.4.- O licitante deverá apresentar, conjuntamente à proposta, o cronograma físico financeiro e a planilha de preços contendo todos os itens da proposta.

7. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, conforme abaixo:

7.1.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado.

b.1) No caso de sociedades por ações, deverá estar acompanhado da documentação de eleição de seus administradores.

b.2) O contrato social consolidado dispensa a apresentação do contrato original e das alterações anteriores, devendo ser apresentadas alterações posteriores, ainda não consolidadas.

c) Em se tratando de Micro Empreendedor Individual – MEI, o Contrato Social ou Estatuto poderá ser substituído pelo Certificado da Condição de Micro Empreendedor Individual – CCMEI;

d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão ou entidade competente.

e) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

7.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) atualizado, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e prova de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014.

d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante a apresentação de: - Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ou documento equivalente que comprove a regularidade.

e) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

f) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT.

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.3. - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.3.1. - Prova de Registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

a) CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL. Conforme Resolução nº 1.137/2023 do CONFEA e o art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, a qualificação técnico-operacional será comprovada mediante apresentação de Certidão de Acervo Operacional (CAO), emitida pelo conselho de classe competente, que comprove a execução, pela licitante, de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.

a.1) Nos termos do § 1º do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, a exigência de atestados fica restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação. Sobre o valor total estimado de R$ 1.066.843,68 (um milhão, sessenta e seis mil,

oitocentos e quarenta e três reais e sessenta e oito centavos), o limite de 4% corresponde a R$ 42.673,75 (quarenta e dois mil, seiscentos e setenta e três reais e setenta e cinco centavos).

a.2) Enquadram-se como parcelas de maior relevância ou valor significativo, para fins de exigência de atestado, exclusivamente os seguintes serviços, cujos valores representam percentual superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado de cada lote licitado, considerados individualmente:

Item	Parcela (serviço)	Código de referência	Unidade
1	Muro de gabião-caixa, enchimento com pedra de mão tipo rachão, de gravidade	SINAPI 92743	m³
2	Proteção superficial de canal em gabião tipo saco, diâmetro de 65 cm	SINAPI 92758	m³
4	Enrocamento de pedra espalhada e compactada mecanicamente — pedra de mão comercial	SICRO 1505877	m³

a.2.1) O critério de valor significativo de que trata esta alínea observa o disposto no § 1º do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo aferido, para cada lote, pela razão entre o valor estimado da parcela e o valor total estimado do respectivo lote.

a.2.2) Para fins de habilitação técnica, cada lote será considerado objeto autônomo, admitindo-se a participação e a habilitação do licitante em um ou mais lotes, mediante comprovação das parcelas de maior relevância do lote a que concorre.

a.3) Nos termos do § 2º do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas relacionadas na alínea a.2, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

a.4) Os quantitativos mínimos exigidos, correspondentes a 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância, são os seguintes, por lote:

PARCELA	UNID.	LOTE 1 — TRECHO 6 (50%)	LOTE 2 — TRECHO 7 (50%)	LOTE 3 — TRECHO 8 (50%)
Muro de gabião-caixa (SINAPI 92743)	m³	141,00	81,00	93,00

a.5) Será admitido o somatório de atestados ou certidões para a comprovação dos quantitativos mínimos exigidos na alínea a.4, observado que cada atestado deverá referir-se a serviço compatível em características com a parcela correspondente.

a.6) É vedada a exigência de quantitativos superiores aos limites fixados nas alíneas a.3 e a.4, bem como qualquer limitação de tempo ou de local específico relativa aos atestados, nos termos do § 2º do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

a.7) A licitante deverá apresentar declaração de que os atestados apresentados correspondem a serviços efetivamente executados, respondendo civil e administrativamente pela veracidade das informações.

b) A CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL será aferida mediante a comprovação de que a licitante possui em seu corpo técnico, na data de abertura das propostas, pelo menos 01 (um) Engenheiro Civil, detentor de atestado(s) de responsabilidade técnica (ART), devidamente registrado(s) no CREA, ou 01 (um) Arquiteto, detentor de atestado(s) de responsabilidade técnica (ART), devidamente registrado(s) no CAU, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico — CAT, expedida(s) pelo respectivo Conselho.

b.1) A capacidade técnico-profissional será comprovada pela execução, pelo profissional indicado, de serviço compatível com as parcelas de maior relevância definidas na alínea a.2, admitida a comprovação de apenas uma dessas parcelas, à escolha da licitante, vedada a exigência cumulativa de todas elas.

b.2) A comprovação de que trata a alínea b.1 não poderá exigir quantitativos superiores aos limites fixados na alínea a.4, nem estabelecer limitações de tempo ou de locais específicos relativas aos atestados, aplicando-se ao profissional, no que couber, o disposto no § 2º do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

b.3) É vedada a exigência de que o profissional detenha acervo técnico referente à totalidade do objeto ou a parcelas não relacionadas na alínea a.2.

b.4) A Comprovação de vínculo do(s) profissional (is) ao quadro permanente da empresa deverá ser comprovado no ato da assinatura do contrato, através de:

a) cópia da CTPS - Carteira de Trabalho do Profissional, quando se tratar de empregado; ou
b) cópia do contrato social atualizado e consolidado ou do contrato social acompanhado das atualizações em vigor, devidamente registrados no órgão competente, quando se tratar de sócio-gerente ou de administrador não-sócio indicado no próprio contrato social; ou
c) cópia do contrato social atualizado e consolidado, ou do contrato social acompanhado das atualizações em vigor e da ata de eleição dos administradores, quando se tratar de administrador não-sócio e não indicado no contrato social;
d) cópia das publicações, no Diário Oficial, das atas das assembleias em foram aprovados os estatutos e em que foi eleita a diretoria em exercício, em se tratando de administrador estatutário de sociedade anônima; ou
e) cópia do contrato de prestação de serviços, se prestador de serviços autônomo.

7.4. - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA:

7.4.1. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, admitida, quando aquelas peças de escrituração contábil estiverem encerradas há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, a atualização pelo ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou por outro indicador que o venha a substituir.

7.4.1.1.Serão considerados aceitos, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a.1) Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima – S/A):

I - Registrados e arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante publicado em Diário Oficial; e

II - Publicados em jornal de grande circulação; ou por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante

a.2) Sociedades por cotas de responsabilidade limitada (LTDA):

I - Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro Órgão equivalente; ou

II - Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

III - Apresentada por meio do sistema público de escrituração digital-SPED, sendo comprovada a autenticação dos livros pelo recibo de entrega emitido pelo SPED, de acordo com o disposto no art. 78-A do decreto nº 1.800/1996 com a redação determinada pelo decreto nº 8.683/2016.

a.3.) Sociedade criada no exercício em curso:

I - por fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta comercial da sede ou domicílio da licitante.

7.4.2. Certidão de Falência emitida por órgão competente com data de emissão de até 3 (três) meses da data de abertura da sessão, quando ausente indicação expressa de prazo de validade na certidão.

7.4.2.1. No caso de certidão de recuperação judicial positiva, a licitante deverá, juntamente da certidão, sob pena de inabilitação, apresentar comprovação de que o plano de recuperação expressamente prevê a participação da empresa em contratações públicas, bem como que referido plano foi homologado judicialmente.

7.4.2.2. - Comprovar a boa situação financeira do último exercício social da análise de suas demonstrações financeiras, apresentar índices de Liquidez Geral (ILG) = ou maior que 1,0; Solvência Geral (SG) = ou maior que 1,0 e Liquidez Corrente (ILC) = ou maior que 1,0, obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$$

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

7.4.2.2.3. A boa situação financeira da licitante será feita de forma objetiva, mediante cálculo de índices contábeis resultantes da aplicação das fórmulas acima citadas, **e deverá ser firmada e assinada pelo contador ou responsável técnico da empresa contendo o nº CRC (Conselho Regional de Contabilidade).**

7.4.2.3.4 - Os índices estabelecidos permitem a comprovação da situação financeira da empresa de forma objetiva, foram estabelecidos observando valores usualmente adotados para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis.

7.5. OUTROS DOCUMENTOS:

7.5.1. – Declaração de Disponibilidade – Modelo ANEXO VII

7.5.2.- Declaração de Conhecimento de Todas as Informações e das Condições Locais – Modelo ANEXO VIII.

7.5.3 – Declaração de inexistência de fatos impeditivo.

7.5.4. Comprovante de garantia da proposta

7.6. O Agente de Contratação, poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

7.7. O Agente de Contratação, poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

7.8 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.9 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

a) se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou

b) se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

c) se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

d) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E LANCES

8.1 – No horário e local indicados neste edital, será aberta a sessão de processamento da licitação, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

8.1.1 - Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão ao Agente da Contratação a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo XI ao Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.

8.1.2 - Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e, por conseqüência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

8.2 – Para o julgamento das propostas escritas, será considerado o menor preço por LOTE.

8.3. - Abertos os envelopes das Propostas Comerciais, estas serão analisadas verificando-se o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo;

8.3.1. – Não poderá haver desistência dos lances ofertados sem justificativa sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes deste edital.

8.4 – Atendidos aos requisitos mínimos para apresentação das propostas, as mesmas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances.

8.4.1. – O Agente da Contratação convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de menor preço e os demais em ordem crescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

8.5 - A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances, em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

8.6 – Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferior à proposta de melhor preço.

8.7. Se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa – ME, micro empreendedor individual (MEI) ou empresa de pequeno porte – EPP e houver proposta apresentada por ME, MEI ou EPP até 10% (dez por cento) superior à melhor proposta, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº. 123/2006.

8.8 Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

8.8.1 A ME, ou a EPP mais bem classificada será convocada para, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em 1º lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de desempate;

8.8.2 Apresentada nova proposta, nos termos do subitem anterior e atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto desta concorrência pública.

8.8.3 Não sendo vencedora a ME ou EPP mais bem classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME e EPP remanescentes cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no caput desta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.9 - A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

8.10 – A aceitabilidade será aferida a partir dos preços constantes do termo de referência constantes destes autos.

8.11 - Considerada aceitável a oferta de MENOR preço por LOTE, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

8.12 - Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

8.13 - Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Agente da Contratação examinará a oferta subseqüente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

8.14 – Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

8.15 – Caso a proposta apresente erros de soma e/ou multiplicação, o Agente da contratação fará a correção dos cálculos e a proposta será aceita mediante expresso consentimento do proponente. Caso contrário, a proposta será desclassificada.

8.16 – O Agente da contratação examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentado pela primeira classificada, conforme definido neste edital, decidindo motivadamente a respeito. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital, a proposta será desclassificada.

8.17 – Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste edital.

8.18 – Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Agente da Contratação e licitantes presentes, ressaltando-se que poderão constar ainda as assinaturas da equipe de apoio, sendo-lhe facultado este direito.

9. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1.Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

9.1.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, nesta ordem:

9.1.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

9.1.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

9.1.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

9.1.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.1.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

91.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

9.1.2.2. Empresas brasileiras;

9.1.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; 16.1.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n.º 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.2. Será considerado vencedor, o licitante que ao final da disputa de lances, observadas as disposições da Lei Complementar nº. 123/2006, ofertar o MENOR PREÇO POR LOTE.

9.3. – A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarado vencedor a LICITANTE que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste edital, com o preço de mercado e que OFERTAR O MENOR PREÇO POR LOTE.

9.4. – Será desclassificada:

a) a proposta que não atender às exigências deste edital;

b) a proposta que apresentar preço excessivo ou manifestamente inexequível, nos termos do art. 59, § 4º da Lei Federal nº 14.133/2021. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de

preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

c) No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

9.5 Da sessão pública da concorrência pública, será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos.

9.6 A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo toda e qualquer informação, acerca do objeto, ser esclarecida previamente junto ao Agente de Contratação.

9.7 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

9.1 Encerrada a etapa de negociação o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

9.2. Caso a proposta vencedora seja em valor inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, a licitante deverá apresentar garantia adicional do equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta para assinatura do contrato.

10 – DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO

10.1. O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.

10.2. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

10.3. O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.

10.4. As ME e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

10.5. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública.

10.5.1. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal e trabalhista dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Agente de Contratação.

10.5.2. Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado dentro dos cinco dias úteis inicialmente concedidos.

10.5.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

10.6. Todos os documentos deverão ter vigência até o dia previsto para realização da concorrência pública; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidos por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição, ressalvadas as exceções previstas no edital.

10.7. Se o detentor da melhor proposta desatender às exigências previstas neste Edital, será inabilitado, e o Agente de Contratação examinará as ofertas subsequentes e procederá à habilitação do licitante seguinte, na ordem de classificação, repetindo esse procedimento, sucessivamente, se necessário, até apuração de uma proposta que atenda ao Edital, para declarar o licitante vencedor.

11. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

11.1. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital da concorrência pública, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, enviada exclusivamente na através do e-mail licitacao@santacruzdoescalvado.mg.gov.br

11.2. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Agente de Contratação, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a mesma no prazo de três dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

11.3. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação.

11.4. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, se for o caso.

11.5. Os pedidos de esclarecimento deverão ser enviados até o terceiro dia útil que anteceder a data fixada para a abertura da sessão pública exclusivamente através do licitacao@santacruzdoescalvado.mg.gov.br

11.6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no site www.santacruzdoescalvado.mg.gov.br em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. Declarado o vencedor, o Agente de Contratação abrirá prazo, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recurso.

12.2. Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação do licitante, ou baseada em fatos genéricos.

12.3. O Agente de Contratação examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, mediante justificativa de sua decisão.

21.4. Tendo a licitante manifestado, motivadamente, a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, na sessão pública da concorrência pública, terá ela o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso.

12.5. As demais licitantes, já intimadas na sessão pública supracitada, terão o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, em secretária.

12.6. As razões e contrarrazões do recurso deverão ser encaminhadas, ao Agente de Contratação, através do e-mail licitacao@santacruzdoescalvado.mg.gov.br.

12.7. O início da contagem dos prazos, bem como seu término, dar-se-á sempre em dias úteis.

12.8. A falta de apresentação de razões, mencionadas no subitem 21.4, importará a decadência do direito de recurso, culminando com a adjudicação do objeto do certame à licitante vencedora.

12.9. O acolhimento do recurso importará a invalidação, apenas, dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. A decisão proferida em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento, mediante publicação na Imprensa Oficial do Município e Sítio Eletrônico Oficial.

12.11. Os recursos deverão ser decididos no prazo de 3 (três) dias úteis pela Administração.

12.11. 1. não sendo decidido o recurso, no prazo previsto do item 12.11, o recorrente encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, no site www.santacruzdoescalvado.mg.gov.br ou através do Agente de Contratação , que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Não serão conhecidas as contrarrazões a recursos intempestivamente apresentadas.

13. DOS PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO

13.1. O valor do contrato será reajustado mediante iniciativa da CONTRATADA, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da data do orçamento estimado ou do último reajuste, tendo como base a variação de índice oficial.

13.2. Decorrido o prazo acima estipulado, os preços unitários serão corrigidos monetariamente pelo INCC ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental.

13.3. A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação acumulada do INCC ocorrida nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

14. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1. A Tesouraria da Prefeitura efetuará o pagamento decorrente da concretização do objeto licitado, por processo legal, em até 30 dias contados da aprovação da medição.

14.1.1 As medições estão condicionadas a execução dos valores constantes no cronograma físico financeiro

14.2. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos e sua reapresentação.

14.3. O Município poderá sustar o pagamento a que a contratada tenha direito, enquanto não sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes da contratação e/ou não recolhimento de multa aplicada.

14.4. Os pagamentos efetuados à CONTRATADA não a isentarão de suas obrigações e responsabilidades vinculadas à execução do contrato, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade.

15. DO CONTRATO E DA GARANTIA

15.1. Após homologado o resultado desta concorrência, a Administração convocará a licitante vencedora, durante a validade da sua proposta, para assinatura do instrumento contratual, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e no art. 156 da Lei 14.133/21.

15.1.1. No ato da assinatura do contrato deverá a licitante vencedora comprovar possuir o capital social mínimo de 10% do valor estimado da licitação.

15.1.1.1. Alternativamente à convocação, a administração poderá encaminhar para assinatura do instrumento contratual, através de correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico.

15.2. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

15.3. É facultado ao Agente de Contratação, caso o adjudicatário quando convocado não assinar o termo de contrato, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assiná-lo, após negociação, aceitação da proposta e comprovação dos requisitos de habilitação.

15.4. O contrato a ser firmado com o licitante adjudicatário incluirá as condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus anexos, necessárias à fiel execução do objeto desta licitação.

15.5. Garantia da Proposta

15.5.1. Será exigida dos licitantes a apresentação de garantia de proposta, nos termos do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, como condição para participação no certame. A garantia da proposta corresponderá a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação para cada lote.

15.5.1.2. A medida busca reduzir o risco de participação de licitantes sem efetiva capacidade ou intenção de assumir as obrigações decorrentes da proposta apresentada, bem como minimizar a ocorrência de desistências injustificadas após a conclusão do certame, situações que podem provocar atrasos na contratação e, consequentemente, na execução da obra. A garantia também contribui para resguardar a Administração diante de eventual recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação, circunstância que poderá acarretar a execução integral da garantia, nos termos da legislação aplicável. Dessa forma, considerando os riscos decorrentes de eventual desistência do licitante vencedor e os prejuízos que o atraso na execução da obra poderá ocasionar à Administração e à população beneficiada, entende-se adequada e proporcional a exigência de garantia da proposta, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, nos termos do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.6. Da Garantia Da Contratação

15.6.1. – Será exigida a garantia da contratação de que tratam os Arts. 96 e seguintes da Lei 14.133/2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratual.

15.6.2. – A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestadas em até 3 (três) dias úteis após a assinatura do contrato.

15.6.3. – As garantias de trata o item anterior poderão ser prestadas nas seguintes modalidades, nos termos do Art. 96 da Lei 14.133/2021: a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, estes na forma da Lei; b) Seguro-garantia; e c) Fiança bancária, na forma da Lei.

16. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa:

i. moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

ii. compensatória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

16.3. A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

16.4. Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

16.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida; b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

16.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o

contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.11. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade na Imprensa Oficial do Município.

16.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

17. VISITA TÉCNICA

17.1. As visitas técnicas ao local dos serviços serão facultativas, realizadas em dias úteis, no período compreendido entre a data da publicação do resumo deste edital na imprensa oficial do Município de Santa Cruz do Escalvado, até 01 (um) dia útil anterior à data determinada para sessão pública de análise da proposta de preços e os documentos de habilitação.

17.2.A realização da visita técnica precisa ser agendada previamente no setor de licitação, através do e-mail licitacao@santacruzdoescalvado.mg.gov.br .

17.3. As visitas ocorrerão às segundas-feiras e sextas-feiras. Não serão realizadas visitas técnicas coletivas. Para realização da visita técnica os interessados deverão apresentar documento de identificação e termo de procuração da pessoa jurídica, para este fim específico. AS EMPRESAS QUE DECIDIREM NÃO REALIZAR VISITA TÉCNICA DEVERÃO APRESENTAR JUNTAMENTE COM OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DECLARAÇÃO (ANEXO VIII) SUBSCRITA PELO REPRESENTANTE LEGAL DE QUE CONHECE O LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, OS PROJETOS E TODAS AS SUAS CARACTERÍSTICAS, NADA PODENDO RECLAMAR A ESTE TÍTULO.

18. DA PROTEÇÃO E INFORMAÇÃO DE DADOS - LGPD

18.1. As PARTES obrigam-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenham acesso, inclusive em razão do fornecimento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, determinação de órgãos reguladores e/ou fiscalizadores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

18.2. As PARTES deverão fornecer e solicitar umas às outras apenas os dados estritamente necessários ao cumprimento do presente termo devendo ser realizado o tratamento adequado das informações a que tiver acesso.

18.3. Os dados pessoais aos quais as PARTES tiverem acesso em razão da execução do presente termo não poderão ser revelados ou compartilhados com terceiros, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos, encaminhamentos ou outros meios que reflitam as referidas informações, ressalvados os casos em que houver prévia autorização por escrito da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Escalvado.

18.4. As PARTES ficam obrigadas a manter preposto para comunicação para os assuntos pertinentes a Lei 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

18.5. As PARTES devem implementar e manter medidas técnicas/administrativas suficientes para garantir a segurança, a proteção, a confidencialidade, o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenham acesso, evitando os acessos não autorizados, acidentes, vazamento acidentais ou ilícitos que causem destruição, perdas, alterações, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não autorizado.

18.6. As PARTES deverão manter sigilo sobre os dados pessoais de empregados, colaboradores, servidores ou qualquer pessoa física aos quais eventualmente tenham acesso, respeitando todos os protocolos exigidos pela Lei Federal nº 13.709/2018, bem como legislação complementar e orientações emitidas pelas ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados).

18.7. As PARTES devem assegurar que todos os seus servidores, empregados, colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, alertando-os sobre as responsabilidades decorrentes do descumprimento de tal dever.

18.8. As PARTES cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e demais normas de proteção de dados, bem como no atendimento de requisições e determinações do Poder Executivo, naquilo que couber.

18.9. As PARTES notificarão formalmente umas às outras, e imediatamente, a respeito de qualquer ocorrência relativa a eventual descumprimento das disposições relativas à proteção de dados pessoais que tenham relação com o objeto do presente contrato, promovendo todas as ações necessárias à solução dos problemas que venham ser causados por seus empregados e/ou colaboradores.

18.10. Considera-se ocorrência qualquer incidente que implique em violação ou risco de violação de dados pessoais, relativo a acesso, coleta, armazenamento, tratamento, compartilhamento e

eliminação de dados, que possa gerar eventuais prejuízos aos titulares e/ou questionamento das autoridades competente

18.11. Eventuais responsabilidades das PARTES serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a legislação aplicável, observado o contraditório e a ampla defesa.

18.12. Em caso de ocorrência de prejuízo aos titulares de dados e/ou às PARTES decorrentes da não observância nas normas constantes neste termo, a PARTE que der causa ao prejuízo se obriga a indenizar a outra pelos danos sofridos, sejam eles de natureza patrimonial ou extrapatrimonial, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, respeitando o contraditório e ampla defesa.

18.13. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em mesmo vigor após a extinção das relações entre as PARTES.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

19.2 A apresentação das propostas implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

19.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente na Prefeitura.

19.4. O Prefeito Municipal poderá revogar a presente licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

19.5. É facultado ao Agente de Contratação ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

19.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública da concorrência pública.

28.7. As normas que disciplinam esta concorrência serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da aquisição.

19.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.9. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

19.10. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o juízo da Comarca de PONTE NOVA - MG.

19.11. Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário, anteriormente estabelecidos.

19.12 Cópias do Edital e seus anexos serão fornecidas, gratuitamente, pelo site www.santacruzdoescalvado.mg.gov.br

19.13. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.14. Os casos omissos serão resolvidos pelo Agente de Contratação.

20- O Edital e anexos estarão disponíveis para entrega, na Sala de Licitações e Compras, à Rua CAPITÃO LUIZ SETTE, 130, Centro – SANTA CRUZ DO ESCALVADO – MG, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:00 ás 12:00 e 13:00 às 17:00 horas e no site www.santacruzdoescalvado.mg.gov.br

21. DAS PUBLICAÇÕES E INTIMAÇÕES

21.1. Todas as publicações e intimações, inclusive para fins de recurso, serão realizadas através do Diário Eletrônico do município de Santa Cruz do Escalvado.

22. Faz parte integrante deste Edital:

- Anexo I– Estudo Técnico Preliminar

Anexo II–- Memorial Descritivo;

- Anexo III A, III B, e III C-Planilha Orçamentária da Administração;

- Anexo IV A, IV B, e IV c –Cronograma físico financeiro da Administração;

-Anexo V – Termo de Referencia

- Anexo VI– Modelo para Apresentação de Propostas;

- Anexo VII – Minuta de contrato

- Anexo VIII – Declaração de Disponibilidade;

- Anexo IX- Declaração de Conhecimento de Todas as Informações e das Condições Locais

- Anexo X- Projetos

- Anexo XI- Modelo de carta de credenciamento

- Anexo XII - Declaração referencial de inexistência de fato impeditivo

- Anexo XIII – Declaração de atendimento as condições para habilitação

SANTA CRUZ DO ESCALVADO, 03 de novembro de 2026.

_____

Richard Bortolini Soares

Secretário de Agricultura, Pecuária, Comercio, Industria e Meio Ambiente

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 173/2026

CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº050/2026

- Anexo I -

ETP – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Obra – Execução de contenção tipo gabião no Ribeirão Escalvado, Bairro Centro – Trechos 6, 7 e 8

1 – Informações básicas

Campo	Lote 1 (Trecho 6)	Lote 2 (Trecho 7)	Lote 3 (Trecho 8)
Objeto	Execução contenção tipo gabião – Ribeirão Escalvado, Trecho 6	Execução contenção tipo gabião – Ribeirão Escalvado, Trecho 7	Execução contenção tipo gabião – Ribeirão Escalvado, Trecho 8
Município	Santa Cruz do Escalvado/MG	Santa Cruz do Escalvado/MG	Santa Cruz do Escalvado/MG
Local	Bairro Centro – coordenadas de referência: -20,234510° / -42,814036°	Bairro Centro – coordenadas de referência: -20,234371° / -42,814190°	Bairro Centro – coordenadas de referência: -20,234495° / -42,814394°
Área requisitante	Secretaria Municipal de Obras Públicas	Secretaria Municipal de Obras Públicas	Secretaria Municipal de Obras Públicas
Natureza	Obra de engenharia – contenção, estabilização de margem e proteção fluvial	Obra de engenharia – contenção, estabilização de margem e proteção fluvial	Obra de engenharia – contenção, estabilização de margem e proteção fluvial
Principais elementos	Gabião-caixa, gabião-saco, enrocamento, geotêxtil, reaterro e compactação	Gabião-caixa, gabião-saco, enrocamento, geotêxtil, reaterro e compactação	Gabião-caixa, gabião-saco, enrocamento, geotêxtil, reaterro e compactação
Prazo estimado	45 (quarenta e cinco) dias – 3 quinzenas	25 (vinte e cinco) dias – 2 períodos	30 (trinta) dias – 2 quinzenas

Valor estimado	R$ 477.958,74	R$ 271.930,78	R$ 316.954,16
Processo administrativo	_____	_____	_____

O valor global dos três lotes somados é de R$ 1.066.843,68 (um milhão, sessenta e seis mil, oitocentos e quarenta e três reais e sessenta e oito centavos), correspondente à soma dos valores estimados dos Lotes 1, 2 e 3.

2 – Fundamentação e finalidade do ETP

O presente Estudo Técnico Preliminar integra a fase preparatória da contratação e caracteriza o problema de interesse público, avalia alternativas e demonstra a viabilidade técnica e econômica da solução selecionada, nos termos dos arts. 6º, inciso XX, e 18 da Lei Federal nº 14.133/2021. Adota-se, como referência de boa prática, a Instrução Normativa SEGES nº 58/2022, sem prejuízo da regulamentação municipal aplicável.

Este ETP é único para os três trechos, que serão licitados como lotes distintos no mesmo edital. O estudo foi elaborado a partir do projeto em CAD, do memorial descritivo, da memória de cálculo, da planilha orçamentária e do cronograma físico-financeiro de cada trecho, datados de 26/10/2026. Não substitui o projeto básico/executivo, os estudos hidrológicos, hidráulicos e geotécnicos, as licenças e autorizações ambientais, o orçamento detalhado, a ART, o plano de segurança nem os demais elementos necessários à licitação e à execução.

3 – Alinhamento com o planejamento

A intervenção está alinhada à política municipal de prevenção de erosões, proteção de margens, segurança urbana, conservação da infraestrutura pública e redução de danos provocados por eventos hidrológicos. A Administração deverá demonstrar nos autos a previsão da contratação no Plano Anual de Contratações, quando existente, e a compatibilidade da despesa com o PPA, a LDO e a LOA, indicando fonte e suficiência dos recursos.

4 – Responsável pela elaboração

Agente da área técnica responsável pelo preenchimento do ETP: Engenheiro Civil WILSON DIAS DA FONSECA JÚNIOR, CREA-MG nº 61.924/D, responsável pela empresa PROSEN PROJETOS E

SERVIÇOS DE ENGENHARIA, contratada para elaboração de projetos, acompanhamento e fiscalização de serviços e obras civis de Engenharia executados no Município.

5 – Descrição da necessidade da contratação

Os Trechos 6, 7 e 8 do Ribeirão Escalvado, no Bairro Centro, necessitam de estabilização e proteção da margem contra erosão, solapamento, perda de solo e instabilidade localizada. A ação da correnteza, especialmente em períodos chuvosos, pode ampliar a degradação, mobilizar sedimentos, comprometer áreas adjacentes e elevar riscos à infraestrutura e à população. As coordenadas de referência são: Trecho 6 – latitude -20,234510° e longitude -42,814036°; Trecho 7 – latitude -20,234371° e longitude -42,814190°; Trecho 8 – latitude -20,234495° e longitude -42,814394°.

A necessidade pública consiste em implantar estrutura drenante, deformável e resistente à ação hidráulica, capaz de conter o maciço, proteger o pé da margem e acomodar pequenas deformações sem ruptura frágil. A solução deverá integrar fundação/enrocamento, gabiões-saco de proteção, muro de gravidade em gabiões-caixa, filtro geotêxtil, reaterro compactado e acabamento, preservando a capacidade de escoamento do ribeirão.

A postergação da intervenção tende a aumentar a área degradada e o custo futuro de recomposição, além de manter riscos de instabilidade e carreamento de materiais. A contratação é necessária para executar solução definitiva nos trechos projetados, com controle técnico, ambiental e de segurança.

6 – Problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público

- progressão de erosão e solapamento na margem do curso d’água;
- instabilidade do talude e perda de material de suporte nas áreas adjacentes;
- risco de danos a bens públicos, propriedades lindeiras, circulação e segurança urbana;
- carreamento de solo e aumento de sedimentos no ribeirão;
- necessidade de proteger o pé da contenção contra erosão hidráulica;
- necessidade de solução permeável, flexível, inspecionável e compatível com o ambiente fluvial;
- necessidade de reduzir intervenções emergenciais recorrentes após períodos de cheia.

7 – Objetivos e resultados pretendidos

Objetivo geral:

Executar contenção e proteção de margem nos Trechos 6, 7 e 8 do Ribeirão Escalvado por meio de sistema em gabiões, restabelecendo a estabilidade local e reduzindo a vulnerabilidade dos trechos à erosão e ao solapamento.

Resultados específicos:

- estabilizar o maciço e conter o avanço da erosão;
- proteger a base da margem com enrocamento e gabiões-saco;
- executar muro de gravidade em gabiões-caixa conforme geometria do projeto;
- garantir filtragem e drenagem por meio de geotêxtil corretamente posicionado;
- manter a seção hidráulica funcional e evitar obstruções temporárias ou permanentes;
- reduzir custos e riscos associados a reparos emergenciais;
- entregar a área limpa, segura, estável e passível de inspeção e manutenção.

8 – Requisitos da contratação

A contratação deverá abranger mão de obra, materiais, equipamentos, transporte, mobilização, administração local, sinalização, controle de qualidade, proteção ambiental, limpeza e todos os serviços necessários à entrega, respeitadas as responsabilidades expressamente atribuídas ao Município nos documentos técnicos. Os requisitos a seguir aplicam-se igualmente aos três lotes.

8.1 – Requisitos técnicos e de desempenho

- execução conforme projeto, memorial, memória de cálculo, planilha e Norma DNIT 103/2009-ES, ou norma técnica superveniente aplicável;
- gabiões-caixa e gabiões-saco em malha hexagonal de dupla torção 8x10, com arames de aço de baixo teor de carbono protegidos contra corrosão, dimensões, revestimento e resistência comprovados por certificados do fabricante;
- gabiões-caixa sem emendas improvisadas para completar larguras, providos de diafragmas e montados, costurados e atirantados conforme projeto e instruções do fabricante;
- pedra de enchimento sã, resistente, não friável, com dimensão compatível com a abertura da malha, distribuída manualmente para reduzir vazios e deformações;
- enrocamento em pedra de mão comercial, espalhado e compactado mecanicamente na geometria definida;
- geotêxtil não tecido de poliéster com características mínimas do projeto, instalado contínuo, esticado e protegido contra perfuração, rasgos e colmatação;

- reaterro em camadas compatíveis com o equipamento, com controle de umidade e compactação, sem empurrar ou deformar as caixas;
- preparo da fundação regular, estável e livre de material inadequado, com verificação pela fiscalização antes do fechamento dos gabiões;
- manutenção do alinhamento, prumo, degraus, cotas, amarrações e dimensões do projeto;
- correção, às expensas da contratada, de materiais ou serviços rejeitados.

8.2 – Normas e referências técnicas

Deverão ser observadas as versões vigentes e aplicáveis, prevalecendo os requisitos do projeto quando forem mais restritivos:

- Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamentação municipal de contratações;
- Norma DNIT 103/2009-ES – Proteção do corpo estradal – Estruturas de arrimo com gabião – Especificação de serviço, aplicada aos aspectos executivos pertinentes;
- ABNT NBR 10514 – Redes de aço com malha hexagonal de dupla torção para confecção de gabiões;
- normas de geossintéticos aplicáveis à identificação, especificação, amostragem e ensaios do filtro geotêxtil, conforme propriedades definidas em projeto;
- ABNT NBR 11682 – Estabilidade de encostas;
- ABNT NBR 6122 – Projeto e execução de fundações, quando aplicável;
- requisitos geotécnicos e hidráulicos do projeto para filtragem, drenagem, proteção contra erosão e interface solo-estrutura;
- ASTM A975/A975M e ASTM A856/A856M, quando expressamente adotadas para produtos e revestimentos;
- Normas Regulamentadoras do trabalho, especialmente NR-01, NR-06, NR-10, NR-12, NR-18 e NR-35, conforme incidência;
- legislação ambiental, de recursos hídricos e de intervenção em Área de Preservação Permanente aplicável.

8.3 – Requisitos profissionais e operacionais

- empresa e responsável técnico regularmente registrados no conselho profissional competente;
- ART de execução registrada antes da ordem de serviço;

- qualificação técnico-profissional e técnico-operacional vinculada às parcelas de maior relevância, especialmente execução de muro/proteção em gabiões, sem exigências desproporcionais;
- equipe compatível com o cronograma, incluindo encarregado, engenheiro civil e técnico de segurança conforme a necessidade;
- equipamentos adequados à movimentação de pedras, montagem, reaterro e compactação;
- diário de obra, levantamentos, registros fotográficos, certificados de materiais, boletins de medição e documentação de rastreabilidade.

8.4 – Segurança, curso d'água e continuidade local

A contratada deverá isolar e sinalizar a área, controlar acessos, manter plano de emergência para elevação súbita do nível d'água e interromper trabalhos quando houver risco hidrológico. Escavações, içamentos, movimentação de blocos de pedra, bordas de talude e trabalho próximo à água exigem análise de risco e medidas coletivas prioritárias. A sequência executiva deverá minimizar estreitamento da seção, represamento, lançamento de materiais e permanência de equipamentos no leito.

9 – Estimativa das quantidades

Os quantitativos principais foram extraídos da memória de cálculo e da planilha orçamentária de cada trecho, datadas de 26/10/2026. A medição deverá seguir os critérios das composições referenciais e as dimensões efetivamente executadas e aceitas pela fiscalização.

Serviço	Unid.	Lote 1 – Trecho 6	Lote 2 – Trecho 7	Lote 3 – Trecho 8	Memória/observação
1. Administração local – encarregado	mês	0,68	0,39	0,45	Acompanhamento no prazo de cada lote (45, 25 e 30 dias)
2. Técnico de segurança do trabalho	mês	0,07	0,04	0,05	Acompanhamento parcial

3. Engenheiro civil de obra pleno	mês	0,07	0,04	0,05	Acompanhamento parcial
4. Placa de obra	m²	2,00	2,00	2,00	1,00 × 2,00 m
5. Mobilização e desmobilização	%	0,50	0,50	0,50	Composição ED-50392
6. Banheiro químico com pia/higienizador	mês	1,50	0,85	1,00	Manutenção e mobilização/desmobilização
7. Escavadeira hidráulica – improdutivo	CHI	15,00	10,00	10,00	Apoio operacional
8. Escavadeira hidráulica – produtivo	CHP	120,00	65,00	80,00	Escavação e apoio à colocação de pedras
9. Movimentação interna de terra e pedras	m³·km	463,08	263,48	306,72	Volume de referência × 1,00 km
10. Enrocamento de pedra de mão	m³	90,00	50,00	60,00	Trecho 6: 45,00 × 4,00 × 0,50 m; Trecho 7: 25,00 × 4,00 × 0,50 m; Trecho 8: 30,00 × 4,00 × 0,50 m
11. Gabião-saco Ø 65 cm	m³	91,08	51,48	60,72	Conforme memória de cálculo
12. Muro de gabião-caixa	m³	282,00	162,00	186,00	Trecho 6: 45 m, seção escalonada e 4 contrafortes; Trecho 7: 25 m, seção escalonada e 4 contrafortes; Trecho 8: 30

					m, seção escalonada e 2 contrafortes
13. Transporte de pedra até 30 km	m³·km	13.892,40	7.904,40	9.201,60	Movimentação × 30,00 km
14. Adicional de transporte acima de 30 km	m³·km	4.954,96	2.819,24	3.281,90	Movimentação × 10,70 km, arredondado
15. Reaterro mecanizado	m³	165,60	92,00	110,40	Trecho 6: 45,00 × 3,68 m²; Trecho 7: 25,00 × 3,68 m²; Trecho 8: 30,00 × 3,68 m²
16. Compactação mecanizada	m³	165,60	92,00	110,40	Mesmo volume do reaterro

10 – Estimativa do valor da contratação

O valor global estimado dos três lotes é de R$ 1.066.843,68 (um milhão, sessenta e seis mil, oitocentos e quarenta e três reais e sessenta e oito centavos), conforme planilhas de 26/10/2026, incluídos custos diretos, administração local, mobilização, banheiro químico, encargos e BDI. Os valores por lote são: Lote 1 (Trecho 6) R$ 477.958,74, prazo de 45 dias em três quinzenas; Lote 2 (Trecho 7) R$ 271.930,78, prazo de 25 dias em dois períodos; Lote 3 (Trecho 8) R$ 316.954,16, prazo de 30 dias em duas quinzenas. Eventuais complementos técnicos necessários deverão ter cobertura orçamentária definida antes da contratação.

Grupo	Lote 1 – Trecho 6 (R$)	Lote 2 – Trecho 7 (R$)	Lote 3 – Trecho 8 (R$)	Total (R$)
Administração local	11.196,05	6.415,30	7.558,14	25.169,49
Serviços preliminares	4.899,36	3.068,73	3.478,64	11.446,73
Execução da contenção tipo gabião	**461.863,33**	**262.446,75**	**305.917,38**	**1.030.227,46**

TOTAL	477.958,74	271.930,78	316.954,16	1.066.843,68

As participações percentuais por lote são: Lote 1 – administração local 2,34%, serviços preliminares 1,03%, execução 96,63%; Lote 2 – administração local 2,36%, serviços preliminares 1,13%, execução 96,51%; Lote 3 – administração local 2,38%, serviços preliminares 1,10%, execução 96,52%.

As bases indicadas são SETOP-MG de abril/2026, SINAPI-MG de setembro/2026 e SICRO3 de julho/2026, com orçamento desonerado e LDI/BDI de aproximadamente 26,47%. Antes da publicação do edital, a Administração deverá validar data-base, regime tributário, encargos, preços, composições, memória de cálculo e compatibilidade com os demais documentos.

11 – Metodologia da estimativa de custos

- quantitativos extraídos do projeto e da memória de cálculo de cada trecho;
- preços unitários de sistemas oficiais de referência, identificados por código, data-base e regime;
- incidência de encargos e BDI/LDI conforme composição analítica;
- apresentação de preços unitários sem e com BDI e preços totais;
- cronogramas por lote: Lote 1 – 45 dias em três quinzenas, com R$ 144.892,14 na 1ª (30,31%), R$ 189.176,73 na 2ª (39,58%) e R$ 143.889,87 na 3ª (30,11%); Lote 2 – 25 dias em dois períodos, com R$ 190.036,98 no primeiro (69,88%) e R$ 81.893,80 no segundo (30,12%); Lote 3 – 30 dias em duas quinzenas, com R$ 158.833,25 na primeira (50,11%) e R$ 158.120,91 na segunda (49,89%);
- revisão final independente para conferência aritmética e compatibilidade documental.

Itens não contemplados por referência oficial deverão possuir composição própria analítica ou pesquisa de mercado documentada. Custos sob responsabilidade direta do Município não podem ser omitidos da avaliação global da solução, ainda que não componham o contrato.

12 – Levantamento de mercado e alternativas de solução

Foram consideradas alternativas de estabilização e proteção de margem, avaliadas quanto a desempenho estrutural e hidráulico, adaptabilidade, drenagem, execução, manutenção, impacto ambiental, disponibilidade regional e custo do ciclo de vida. A avaliação é comum aos três trechos, dada a semelhança de condicionantes.

12.1 – Alternativa 1 – Não intervir e executar apenas ações emergenciais

Evita desembolso imediato, mas mantém a progressão da erosão, os riscos à margem e a necessidade de respostas após cheias. Não atende de forma duradoura ao interesse público.

12.2 – Alternativa 2 – Enrocamento solto ou lançado

Possui execução relativamente simples e boa resistência à ação hidráulica quando corretamente dimensionado. Entretanto, isoladamente oferece menor capacidade de formar paramento regular e conter o maciço em altura; pode demandar maior volume de pedra e área de implantação. É útil como proteção de pé e fundação, mas insuficiente como solução completa para a geometria projetada.

12.3 – Alternativa 3 – Muro de concreto armado

Apresenta elevada rigidez e seção compacta, mas exige fundação, formas, armaduras, concretagem, cura, drenagem específica e maior controle tecnológico. É menos tolerante a recalques diferenciais e tende a demandar logística mais complexa junto ao curso d'água.

12.4 – Alternativa 4 – Solo reforçado/geogrelhas

Pode ser competitivo em muros e aterros com espaço para reforços. Exige aterro selecionado, comprimento de ancoragem, controle rigoroso de compactação e proteção do paramento contra erosão e ação hidráulica. A disponibilidade de faixa e as condições fluviais limitam sua conveniência nos trechos.

12.5 – Alternativa 5 – Estacas/pranchas ou estruturas especiais

Podem ser adequadas em locais com pouca faixa, grande profundidade ou cargas elevadas, porém requerem investigação geotécnica, equipamentos especializados e maior custo. Para o porte e a solução já projetada, mostram-se desproporcionais.

12.6 – Alternativa 6 – Sistema integrado em gabiões

Combina permeabilidade, flexibilidade, dissipação de energia, uso de pedra disponível no mercado e adaptação à geometria da margem. Permite execução modular, inspeção e reparo localizado. Exige controle da malha, amarrações, pedra, fundação, filtro e preenchimento para evitar deformações excessivas.

12.7 – Comparação das alternativas

Alternativa	Desempenho	Implantação	Manutenção	Adequação
Não intervir	Baixo	Imediata	Alta/reativa	Inadequada
Enrocamento isolado	Médio	Simples	Média	Complementar
Concreto armado	Alto	Complexa	Média	Possível, menos favorável
Solo reforçado	Alto	Requer faixa	Média	Condicionada
Estruturas especiais	Alto	Especializada	Média	Desproporcional
Gabiões integrados	Alto	Modular	Baixa/localizada	Recomendada

13 – Justificativa da solução escolhida

A solução integrada por enrocamento, gabiões-saco e muro em gabiões-caixa é a mais adequada para os três trechos porque reúne contenção por gravidade, proteção hidráulica do pé, permeabilidade, flexibilidade diante de pequenas deformações e execução modular. O sistema reduz pressões hidrostáticas, adapta-se à irregularidade local e admite manutenção pontual.

A escolha é tecnicamente e economicamente justificável desde que o projeto esteja apoiado em verificação hidrológica, hidráulica, geotécnica e de estabilidade compatível com a relevância da intervenção. O ETP não valida, por si só, o dimensionamento estrutural ou hidráulico.

14 – Descrição da solução como um todo

- mobilização, sinalização, isolamento e implantação do canteiro em cada lote, com banheiro químico por 1,50 mês no Lote 1, 0,85 mês no Lote 2 e 1,00 mês no Lote 3, higienização, manutenção e destinação regular dos efluentes;
- locação topográfica e confirmação de alinhamentos, cotas e limites;
- execução, pela contratada, das escavações, movimentações internas, carregamentos, transportes e demais operações previstas na planilha, com liberação formal de cada frente pela fiscalização;
- preparo e regularização da fundação, com retirada de material inadequado;
- execução do enrocamento de pedra espalhada e compactada;

- montagem, posicionamento, enchimento, costura e amarração dos gabiões-saco;
- montagem dos gabiões-caixa e contrafortes — quatro no Lote 1, quatro no Lote 2 e dois no Lote 3 —, com diafragmas, costuras, tirantes, enchimento e fechamento por etapas, com inspeção antes do recobrimento;
- instalação da camada filtrante/geotêxtil prevista no projeto na interface com o solo, após compatibilização de especificação, quantidade e cobertura orçamentária, sem descontinuidades ou danos;
- reaterro em camadas e compactação controlada junto à contenção;
- acabamentos, recomposição local, retirada de resíduos, limpeza e inspeção final.

A solução inclui garantia legal e contratual, entrega de registros de execução e orientações de inspeção periódica após cheias, com verificação de recalques, deformações, corrosão/ruptura de malhas, perda de pedra, erosão de pé, danos ao geotêxtil e surgimento de caminhos preferenciais de água.

15 – Justificativa para o parcelamento ou não

Recomenda-se o parcelamento em três lotes, correspondentes aos Trechos 6, 7 e 8, no mesmo edital, por se tratarem de frentes fisicamente distintas, com projetos, planilhas, memórias de cálculo e cronogramas próprios e prazos diferenciados de 45, 25 e 30 dias. O parcelamento amplia a competitividade e permite que empresas de portes distintos disputem cada trecho, sem prejuízo da integridade técnica de cada intervenção.

Dentro de cada lote, entretanto, os serviços não devem ser subdivididos, pois os elementos são tecnicamente interdependentes e executados em sequência na mesma frente. A subdivisão interna aumentaria riscos de incompatibilidade, falhas de amarração, indefinição de responsabilidades, atrasos e disputas sobre fundação, filtro, enchimento e reaterro. O regime de execução deverá ser definido no projeto básico e no edital, sem confundir o lote com o regime legal de contratação integrada.

A decisão não impede subcontratação parcial previamente autorizada, quando admitida no edital, mantendo-se a responsabilidade integral da contratada e vedada a subcontratação das parcelas essenciais em extensão que esvazie sua qualificação. A Administração poderá admitir a adjudicação de lotes distintos a licitantes diferentes, vedada a adjudicação do mesmo lote a mais de um contratado.

16 – Providências prévias da Administração

- confirmar propriedade, faixa de intervenção, acessos e ausência de conflitos com redes ou terceiros em cada trecho;
- obter licenças, autorizações ambientais e de recursos hídricos, inclusive para intervenção em APP, supressão vegetal, movimentação de solo e manejo temporário do fluxo, quando exigíveis;
- validar estudos hidrológico, hidráulico, geotécnico, estabilidade global, erosão de pé e cotas de cheia;
- compatibilizar projeto, memorial, planilha, memória, cronograma e ARTs de cada lote;
- revisar o enquadramento e os percentuais do BDI e validar tributos e encargos;
- compatibilizar o filtro geotêxtil previsto no memorial e no projeto com o orçamento de cada lote: definir propriedades, área, sobreposições e cobertura em composição existente ou item específico, sem omissão ou pagamento duplicado;
- confirmar a implantação da placa de 2,00 m² e do banheiro químico por 1,50 mês no Lote 1, 0,85 mês no Lote 2 e 1,00 mês no Lote 3, com acesso para manutenção e destinação regular dos efluentes;
- confirmar acessos, áreas de estoque, rotas de transporte e destino do material escavado, compatibilizando a DMT de 40,70 km para a pedra e a movimentação interna prevista;
- designar gestor e fiscais técnico, administrativo e ambiental por lote, com atribuições e substitutos;
- estabelecer plano de contingência para chuvas e cheias, critérios de suspensão/reinício e sequência de frentes dentro dos prazos de 45, 25 e 30 dias;
- emitir ordem de serviço de cada lote somente após a liberação segura e documental da frente.

17 – Contratações correlatas e/ou interdependentes

São interdependentes eventuais levantamentos topográficos, estudos geotécnicos, hidrológicos e hidráulicos, autorizações ambientais, manejo temporário do fluxo, controle de tráfego, destinação de material escavado e serviços de recomposição afetados. Essas providências devem estar concluídas ou formalmente programadas antes da ordem de serviço de cada lote para não gerar paralisações, ociosidade ou pedidos de reequilíbrio.

Não foram identificadas outras contratações obrigatoriamente parceladas nos orçamentos apresentados, mas a Administração deverá verificar interferências com saneamento, drenagem,

energia, telecomunicações e propriedades lindeiras. Havendo execução simultânea de mais de um lote, deverá ser avaliada a compatibilidade das frentes, dos acessos e do manejo do curso d'água.

18 – Impactos ambientais e medidas mitigadoras

Impacto/risco	Medida de controle
Aumento de turbidez e carreamento de finos	Executar por trechos; usar barreiras de sedimentos; manter solo coberto e afastado do leito; suspender em cheias.
Intervenção em APP e vegetação	Obter autorização prévia; limitar a faixa; demarcar áreas protegidas; executar compensação/recuperação exigida.
Obstrução ou desvio inadequado do fluxo	Manter seção de escoamento; adotar manejo temporário projetado; retirar estruturas provisórias ao final.
Óleo, combustível e resíduos	Abastecer em área segura; usar contenção e kit de emergência; destinar resíduos por transportadores autorizados.
Ruído, poeira e tráfego de equipamentos	Controlar horários e velocidades; umectar acessos quando necessário; sinalizar e comunicar a vizinhança.
Extração de pedra e solo	Exigir origem licenciada e comprovantes; otimizar volumes; vedar material contaminado ou inadequado.
Erosão nas extremidades da obra	Executar transições e proteção de montante/jusante; inspecionar após chuvas e corrigir pontos de concentração.

19 – Sustentabilidade e ciclo de vida

- priorizar materiais de origem regular e fornecedores próximos, quando tecnicamente equivalentes;
- reduzir perdas de pedra, arame e geotêxtil por planejamento de cortes e montagem;
- manter rastreabilidade da origem mineral e da destinação de resíduos;

- proteger a malha contra danos durante transporte e montagem para ampliar a vida útil;
- prever inspeções após eventos de cheia e manutenção preventiva das extremidades e do pé;
- evitar soluções provisórias que sejam abandonadas no leito ou na APP.

20 – Gestão, fiscalização, medição e recebimento

A fiscalização verificará fundação, geometria, materiais, costuras, tirantes, diafragmas, enchimento, alinhamento, reaterro e limpeza, em cada lote. Serviços encobertos exigem registro e liberação prévia. A medição seguirá as unidades da planilha e as quantidades executadas e aceitas. CHI/CHP serão comprovados por apontamentos e diário, sem sobreposição de horas nem duplicidade de equipamentos incluídos em outras composições. A administração local terá pagamento vinculado ao avanço físico e à atuação comprovada, conforme edital. O banheiro será acompanhado por período de disponibilidade e registros de manutenção. O recebimento observará inspeção, levantamento final, certificados, correção das pendências e a Lei nº 14.133/2021, sendo processado separadamente para cada lote.

21 – Análise de riscos

Risco	Prob.	Impacto	Tratamento principal
Cheia durante a execução	Média/Alta	Alto	Janela climática, monitoramento, plano de retirada e suspensão preventiva.
Fundação com baixa capacidade ou erosão de pé	Média	Alto	Inspeção geotécnica, regularização, enrocamento e validação antes da montagem.
Atraso de licenças, liberações ou acessos	Média	Alto	Concluir providências antes da ordem e coordenar as etapas nos prazos de 45, 25 e 30 dias.
Malha ou revestimento fora da especificação	Média	Alto	Amostras, certificados, inspeção e rejeição antes do enchimento.

Pedra inadequada ou vazios excessivos	Média	Médio/Alto	Controle de origem, tamanho, resistência e arranjo manual das faces.
Dano/continuidade deficiente do geotêxtil	Média	Alto	Inspeção antes do reaterro, sobreposições e reparos aprovados.
Deformação por reaterro/compactação	Média	Alto	Camadas finas, equipamento compatível e sequência equilibrada.
Licença ou autorização não obtida	Baixa/Média	Alto	Condicionar edital/ordem à regularização ambiental.
Divergência projeto-planilha-memorial	Média	Alto	Compatibilização e revisão formal prévia.
Execução simultânea de lotes na mesma frente	Média	Médio	Programar frentes, acessos e manejo do fluxo de forma coordenada entre contratadas.

22 – Critérios de qualificação e seleção

A seleção deverá buscar proposta mais vantajosa, com julgamento por menor preço por lote, desde que assegurada a exequibilidade e o atendimento integral aos requisitos. A habilitação técnica deve se limitar às parcelas relevantes e permitir somatório de atestados quando tecnicamente cabível, evitando exigências de marca, localização ou experiência excessivamente específica. Caso seja necessária indicação de fabricante ou sistema de referência, deverá ser admitido produto equivalente ou superior, demonstrado por documentação técnica, certificados e ensaios. A Administração deverá definir no edital se admite a adjudicação de mais de um lote ao mesmo licitante e os critérios de desempate entre lotes.

23 – Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade

Conclui-se pela adequação da contratação de empresa especializada para a contenção tipo gabião nos Trechos 6, 7 e 8 do Ribeirão Escalvado, organizada em três lotes distintos no mesmo edital, pelo valor global estimado de R$ 1.066.843,68, assim distribuído: Lote 1 (Trecho 6) R$ 477.958,74

e prazo de 45 dias; Lote 2 (Trecho 7) R$ 271.930,78 e prazo de 25 dias; Lote 3 (Trecho 8) R$ 316.954,16 e prazo de 30 dias, conforme planilhas de 26/10/2026. A solução integra enrocamento, gabiões-saco, gabiões-caixa, filtro, reaterro e compactação, com canteiro e apoio sanitário. O prosseguimento depende de validar dimensionamento, fundação, regularização ambiental e hídrica, compatibilização do geotêxtil, BDI e vínculos do cronograma de cada lote, assegurando cobertura para o escopo necessário.

24 – Referências

- BRASIL. Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- BRASIL. Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012.
- DNIT. Norma DNIT 103/2009-ES – Proteção do corpo estradal – Estruturas de arrimo com gabião – Especificação de serviço.
- ABNT. NBR 10514 – Redes de aço com malha hexagonal de dupla torção para confecção de gabiões.
- ABNT. NBR 11682 – Estabilidade de encostas.
- Memorial descritivo, memória de cálculo, planilha e cronograma dos Trechos 6, 7 e 8 atualizados em 26/10/2026; projetos técnicos de referência e demais elementos dos autos.

Santa Cruz do Escalvado/MG, 26 de outubro de 2026.

WILSON DIAS DA FONSECA JÚNIOR
Engenheiro Civil – CREA-MG nº 61.924/D

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 173/2026
CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº050/2026

ANEXO II - MEMORIAL DESCRITIVO

Obra – Execução de contenção tipo Gabião no TRECHO 6 do Ribeirão Escalvado no Bairro Centro

Introdução e Objetivo

Estas especificações têm por objetivo fixar as condições técnicas gerais e específicas que deverão ser observadas na execução da contenção tipo gabião no Trecho 6 do Ribeirão Escalvado, Bairro Centro, bem como estabelecer as obrigações da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Escalvado e da empresa encarregada da obra, doravante designadas PREFEITURA e CONTRATADA, respectivamente. A execução terá prazo de 45 dias, conforme planilha e cronograma de 26/10/2026, com acompanhamento técnico e frentes compatíveis com as condições do ribeirão.

Serviços Técnicos – profissionais

A fiscalização dos serviços ficará a cargo da PREFEITURA, sendo que esta terá livre acesso aos serviços empreitados e decidirá sobre a qualidade dos materiais e execução dos serviços, fixando normas nos casos não especificados. A mão de obra, bem como todo material aplicado, será sempre de qualidade, objetivando assim, um acabamento perfeito e esmerado nos serviços, que somente serão aceitos nessas condições. Todos os materiais aplicados na obra obedecerão às especificações descritas no Projeto ou neste material e submetido previamente, à PREFEITURA, para aceite.

Todos os serviços executados pela CONTRATADA deverão seguir as normas técnicas específicas, objetivando-se perfeito acabamento da superfície e qualidade da obra, sob risco de não-aceite da obra por parte da fiscalização e conseqüente re-execução dos serviços.

2 - Serviços Preliminares

Canteiro de Obras

Locais previamente escolhidos serão indicados, necessários ao atendimento geral da obra, previsão para depósitos de materiais e canteiros de serviços.

Instalações Provisórias

As instalações do canteiro atenderão às necessidades da obra e às Normas Regulamentadoras aplicáveis. Está prevista locação de banheiro químico por 1,50 mês, com dimensões de referência de 1,10 × 1,20 × 2,30 m, pia ou higienizador de mãos, manutenção e mobilização/desmobilização. A CONTRATADA manterá limpeza, abastecimento e coleta por prestador regular, sem lançamento de efluentes no solo ou no ribeirão.

Placa de Obra

Será fornecida e instalada placa de obra com 2,00 m², dimensão de referência de 1,00 × 2,00 m, conforme modelo exigido e em local visível aprovado pela fiscalização.

Locação da obra

A locação da obra obedecerá ao que estabelece a planta de situação do projeto e de acordo com os alinhamentos e níveis existentes.

Trânsito e Segurança

Todo o trecho objeto do contrato deverá ser devidamente sinalizado, com placas, cones, fitas, etc, objetivando-se segurança total para os pedestres e veículos parados e/ou em movimento, sendo que quaisquer prejuízos materiais ou acidentes serão de inteira responsabilidade da CONSTRUTORA.

3 – Execução de contenção tipo gabião

A CONTRATADA executará os serviços previstos na planilha: escavadeira hidráulica com 15,00 CHI e 120,00 CHP, movimentação interna, 90,00 m³ de enrocamento, 91,08 m³ de gabião-saco e 282,00 m³ de gabião-caixa, além dos transportes, reaterro e compactação. A extensão de referência é de 45,00 m; geometria, cotas e quatro contrafortes serão confirmados em projeto e campo. A escavação avançará por etapas curtas, com taludes e acessos seguros, preservando o escoamento e mantendo plano de retirada em caso de elevação do nível d'água.

A fundação deverá ser regularizada, estável e liberada pela fiscalização antes da montagem. Materiais moles, orgânicos ou instáveis serão removidos até suporte adequado, mediante avaliação técnica e autorização para alterações. O enrocamento, com espessura de referência de 0,50 m, será lançado, espalhado, ajustado e compactado mecanicamente, evitando segregação e vazios excessivos. Verificar erosão de pé, profundidade de apoio e transições de montante e jusante, sem obstruir a seção hidráulica.

Os gabiões-saco e gabiões-caixa serão confeccionados em malha hexagonal de dupla torção 8x10, com arames de aço de baixo teor de carbono protegidos contra corrosão, conforme Norma DNIT 103/2009-ES, ABNT NBR 10514, projeto e especificações do fabricante. As unidades deverão ser abertas, desdobradas, alinhadas e montadas sobre superfície firme; arestas, diafragmas e tampas serão costurados com arame compatível, utilizando voltas simples e duplas alternadas ou sistema mecanizado aprovado. Não serão aceitas emendas improvisadas para completar dimensões.

As caixas serão posicionadas vazias, amarradas entre si em todas as arestas de contato e escoradas para manutenção do alinhamento. O enchimento será executado em camadas regulares, aproximadamente a cada terço da altura, com colocação progressiva de tirantes internos e arranjo manual das pedras nas faces aparentes. A pedra de mão ou rachão será sã, resistente, não friável, isenta de materiais terrosos e com dimensão superior à abertura da malha, evitando fuga de material. O enchimento deverá minimizar vazios e abaulamentos, permitindo o fechamento da tampa sem esforços excessivos. Os contrafortes serão executados nas posições do projeto e amarrados ao corpo do muro. As etapas serão inspecionadas antes do fechamento e recobrimento.
O reaterro mecanizado, no volume previsto de 165,60 m³, será executado com solo de 1ª categoria, sem substituição, em camadas de espessura compatível com o equipamento, seguido de compactação com placa vibratória, também no volume de 165,60 m³. O avanço será equilibrado e progressivo, sem impacto direto, empuxo localizado ou deformação das caixas. Equipamentos pesados deverão manter afastamento seguro da face, utilizando-se equipamento leve nas proximidades da contenção. A umidade e o grau de compactação deverão atender ao projeto e aos critérios de aceitação da fiscalização.
A separação filtrante e drenante entre o solo e os gabiões seguirá o projeto e a verificação geotécnica/hidráulica. O geotêxtil não tecido será contínuo, protegido contra perfuração e colmatação, com propriedades e sobreposições definidas em projeto. Como a planilha não apresenta item autônomo para esse material, sua cobertura em composição ou inclusão específica deverá ser definida antes da contratação, evitando omissão de custo.
O transporte da pedra de mão considera 463,08 m³ de material, com DMT total de 40,70 km, sendo 30,00 km no item básico e 10,70 km no adicional. A movimentação interna de terra e pedra está estimada em 463,08 m³·km. Veículos deverão circular com carga coberta, respeitar limites de peso, rotas aprovadas e condições de segurança, mantendo comprovantes de origem mineral e controle dos volumes entregues.

Limpeza

Ao término, remover resíduos e materiais excedentes, desmobilizar o canteiro e o banheiro químico, recompor áreas afetadas e desobstruir os caminhos de drenagem. Entregar registros de execução, certificados dos materiais e orientações de inspeção após cheias. O recebimento dependerá de vistoria e correção das pendências pela CONTRATADA.

MEMORIAL DESCRITIVO

Obra – Execução de contenção tipo Gabião no TRECHO 7 do Ribeirão Escalvado no Bairro Centro

Introdução e Objetivo

Estas especificações têm por objetivo fixar as condições técnicas gerais e específicas que deverão ser observadas na execução da contenção tipo gabião no Trecho 7 do Ribeirão Escalvado, Bairro Centro, bem como estabelecer as obrigações da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Escalvado e da empresa encarregada da obra, doravante designadas PREFEITURA e CONTRATADA, respectivamente. A execução terá prazo de 25 dias, conforme planilha e cronograma de 26/10/2026, com acompanhamento técnico e frentes compatíveis com as condições do ribeirão.

Serviços Técnicos – profissionais

A fiscalização dos serviços ficará a cargo da PREFEITURA, sendo que esta terá livre acesso aos serviços empreitados e decidirá sobre a qualidade dos materiais e execução dos serviços, fixando normas nos casos não especificados. A mão de obra, bem como todo material aplicado, será sempre de qualidade, objetivando assim, um acabamento perfeito e esmerado nos serviços, que somente serão aceitos nessas condições. Todos os materiais aplicados na obra obedecerão às especificações descritas no Projeto ou neste material e submetido previamente, à PREFEITURA, para aceite.

Todos os serviços executados pela CONTRATADA deverão seguir as normas técnicas específicas, objetivando-se perfeito acabamento da superfície e qualidade da obra, sob risco de não-aceite da obra por parte da fiscalização e conseqüente re-execução dos serviços.

2 - Serviços Preliminares

Canteiro de Obras

Locais previamente escolhidos serão indicados, necessários ao atendimento geral da obra, previsão para depósitos de materiais e canteiros de serviços.

Instalações Provisórias

As instalações do canteiro atenderão às necessidades da obra e às Normas Regulamentadoras aplicáveis. Está prevista locação de banheiro químico por 0,85 mês, com dimensões de referência de 1,10 × 1,20 × 2,30 m, pia ou higienizador de mãos, manutenção e mobilização/desmobilização.

A CONTRATADA manterá limpeza, abastecimento e coleta por prestador regular, sem lançamento de efluentes no solo ou no ribeirão.

Placa de Obra

Será fornecida e instalada placa de obra com 2,00 m², dimensão de referência de 1,00 × 2,00 m, conforme modelo exigido e em local visível aprovado pela fiscalização.

Locação da obra

A locação da obra obedecerá ao que estabelece a planta de situação do projeto e de acordo com os alinhamentos e níveis existentes.

Trânsito e Segurança

Todo o trecho objeto do contrato deverá ser devidamente sinalizado, com placas, cones, fitas, etc, objetivando-se segurança total para os pedestres e veículos parados e/ou em movimento, sendo que quaisquer prejuízos materiais ou acidentes serão de inteira responsabilidade da CONSTRUTORA.

3 – Execução de contenção tipo gabião

A CONTRATADA executará os serviços previstos na planilha: escavadeira hidráulica com 10,00 CHI e 65,00 CHP, movimentação interna, 50,00 m³ de enrocamento, 51,48 m³ de gabião-saco e 162,00 m³ de gabião-caixa, além dos transportes, reaterro e compactação. A extensão de referência é de 25,00 m; geometria, cotas e quatro contrafortes serão confirmados em projeto e campo. A escavação avançará por etapas curtas, com taludes e acessos seguros, preservando o escoamento e mantendo plano de retirada em caso de elevação do nível d'água.

A fundação deverá ser regularizada, estável e liberada pela fiscalização antes da montagem. Materiais moles, orgânicos ou instáveis serão removidos até suporte adequado, mediante avaliação técnica e autorização para alterações. O enrocamento, com espessura de referência de 0,50 m, será lançado, espalhado, ajustado e compactado mecanicamente, evitando segregação e vazios excessivos. Verificar erosão de pé, profundidade de apoio e transições de montante e jusante, sem obstruir a seção hidráulica.

Os gabiões-saco e gabiões-caixa serão confeccionados em malha hexagonal de dupla torção 8x10, com arames de aço de baixo teor de carbono protegidos contra corrosão, conforme Norma DNIT

103/2009-ES, ABNT NBR 10514, projeto e especificações do fabricante. As unidades deverão ser abertas, desdobradas, alinhadas e montadas sobre superfície firme; arestas, diafragmas e tampas serão costurados com arame compatível, utilizando voltas simples e duplas alternadas ou sistema mecanizado aprovado. Não serão aceitas emendas improvisadas para completar dimensões.

As caixas serão posicionadas vazias, amarradas entre si em todas as arestas de contato e escoradas para manutenção do alinhamento. O enchimento será executado em camadas regulares, aproximadamente a cada terço da altura, com colocação progressiva de tirantes internos e arranjo manual das pedras nas faces aparentes. A pedra de mão ou rachão será sã, resistente, não friável, isenta de materiais terrosos e com dimensão superior à abertura da malha, evitando fuga de material. O enchimento deverá minimizar vazios e abaulamentos, permitindo o fechamento da tampa sem esforços excessivos. Os contrafortes serão executados nas posições do projeto e amarrados ao corpo do muro. As etapas serão inspecionadas antes do fechamento e recobrimento.

O reaterro mecanizado, no volume previsto de 92,00 m³, será executado com solo de 1ª categoria, sem substituição, em camadas de espessura compatível com o equipamento, seguido de compactação com placa vibratória, também no volume de 92,00 m³. O avanço será equilibrado e progressivo, sem impacto direto, empuxo localizado ou deformação das caixas. Equipamentos pesados deverão manter afastamento seguro da face, utilizando-se equipamento leve nas proximidades da contenção. A umidade e o grau de compactação deverão atender ao projeto e aos critérios de aceitação da fiscalização.

A separação filtrante e drenante entre o solo e os gabiões seguirá o projeto e a verificação geotécnica/hidráulica. O geotêxtil não tecido será contínuo, protegido contra perfuração e colmatação, com propriedades e sobreposições definidas em projeto. Como a planilha não apresenta item autônomo para esse material, sua cobertura em composição ou inclusão específica deverá ser definida antes da contratação, evitando omissão de custo.

O transporte da pedra de mão considera 263,48 m³ de material, com DMT total de 40,70 km, sendo 30,00 km no item básico e 10,70 km no adicional. A movimentação interna de terra e pedra está estimada em 263,48 m³·km. Veículos deverão circular com carga coberta, respeitar limites de peso, rotas aprovadas e condições de segurança, mantendo comprovantes de origem mineral e controle dos volumes entregues.

Limpeza

Ao término, remover resíduos e materiais excedentes, desmobilizar o canteiro e o banheiro químico, recompor áreas afetadas e desobstruir os caminhos de drenagem. Entregar registros de execução, certificados dos materiais e orientações de inspeção após cheias. O recebimento dependerá de vistoria e correção das pendências pela CONTRATADA.

MEMORIAL DESCRITIVO

Obra – Execução de contenção tipo Gabião no TRECHO 8 do Ribeirão Escalvado no Bairro Centro

Introdução e Objetivo

Estas especificações têm por objetivo fixar as condições técnicas gerais e específicas que deverão ser observadas na execução da contenção tipo gabião no Trecho 8 do Ribeirão Escalvado, Bairro Centro, bem como estabelecer as obrigações da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Escalvado e da empresa encarregada da obra, doravante designadas PREFEITURA e CONTRATADA, respectivamente. A execução terá prazo de 30 dias, conforme planilha e cronograma de 26/10/2026, com acompanhamento técnico e frentes compatíveis com as condições do ribeirão.

Serviços Técnicos – profissionais

A fiscalização dos serviços ficará a cargo da PREFEITURA, sendo que esta terá livre acesso aos serviços empreitados e decidirá sobre a qualidade dos materiais e execução dos serviços, fixando normas nos casos não especificados. A mão de obra, bem como todo material aplicado, será sempre de qualidade, objetivando assim, um acabamento perfeito e esmerado nos serviços, que somente serão aceitos nessas condições. Todos os materiais aplicados na obra obedecerão às especificações descritas no Projeto ou neste material e submetido previamente, à PREFEITURA, para aceite.

Todos os serviços executados pela CONTRATADA deverão seguir as normas técnicas específicas, objetivando-se perfeito acabamento da superfície e qualidade da obra, sob risco de não-aceite da obra por parte da fiscalização e conseqüente re-execução dos serviços.

2 - Serviços Preliminares

Canteiro de Obras

Locais previamente escolhidos serão indicados, necessários ao atendimento geral da obra, previsão para depósitos de materiais e canteiros de serviços.

Instalações Provisórias

As instalações do canteiro atenderão às necessidades da obra e às Normas Regulamentadoras aplicáveis. Está prevista locação de banheiro químico por 1,00 mês, com dimensões de referência de 1,10 × 1,20 × 2,30 m, pia ou higienizador de mãos, manutenção e mobilização/desmobilização. A CONTRATADA manterá limpeza, abastecimento e coleta por prestador regular, sem lançamento de efluentes no solo ou no ribeirão.

Placa de Obra

Será fornecida e instalada placa de obra com 2,00 m², dimensão de referência de 1,00 × 2,00 m, conforme modelo exigido e em local visível aprovado pela fiscalização.

Locação da obra

A locação da obra obedecerá ao que estabelece a planta de situação do projeto e de acordo com os alinhamentos e níveis existentes.

Trânsito e Segurança

Todo o trecho objeto do contrato deverá ser devidamente sinalizado, com placas, cones, fitas, etc, objetivando-se segurança total para os pedestres e veículos parados e/ou em movimento, sendo que quaisquer prejuízos materiais ou acidentes serão de inteira responsabilidade da CONSTRUTORA.

3 – Execução de contenção tipo gabião

A CONTRATADA executará os serviços previstos na planilha: escavadeira hidráulica com 10,00 CHI e 80,00 CHP, movimentação interna, 60,00 m³ de enrocamento, 60,72 m³ de gabião-saco e 186,00 m³ de gabião-caixa, além dos transportes, reaterro e compactação. A extensão de referência é de 30,00 m; geometria, cotas e dois contrafortes serão confirmados em projeto e campo. A escavação avançará por etapas curtas, com taludes e acessos seguros, preservando o escoamento e mantendo plano de retirada em caso de elevação do nível d'água.

A fundação deverá ser regularizada, estável e liberada pela fiscalização antes da montagem. Materiais moles, orgânicos ou instáveis serão removidos até suporte adequado, mediante avaliação técnica e autorização para alterações. O enrocamento, com espessura de referência de 0,50 m,

será lançado, espalhado, ajustado e compactado mecanicamente, evitando segregação e vazios excessivos. Verificar erosão de pé, profundidade de apoio e transições de montante e jusante, sem obstruir a seção hidráulica.

Os gabiões-saco e gabiões-caixa serão confeccionados em malha hexagonal de dupla torção 8x10, com arames de aço de baixo teor de carbono protegidos contra corrosão, conforme Norma DNIT 103/2009-ES, ABNT NBR 10514, projeto e especificações do fabricante. As unidades deverão ser abertas, desdobradas, alinhadas e montadas sobre superfície firme; arestas, diafragmas e tampas serão costurados com arame compatível, utilizando voltas simples e duplas alternadas ou sistema mecanizado aprovado. Não serão aceitas emendas improvisadas para completar dimensões.

As caixas serão posicionadas vazias, amarradas entre si em todas as arestas de contato e escoradas para manutenção do alinhamento. O enchimento será executado em camadas regulares, aproximadamente a cada terço da altura, com colocação progressiva de tirantes internos e arranjo manual das pedras nas faces aparentes. A pedra de mão ou rachão será sã, resistente, não friável, isenta de materiais terrosos e com dimensão superior à abertura da malha, evitando fuga de material. O enchimento deverá minimizar vazios e abaulamentos, permitindo o fechamento da tampa sem esforços excessivos. Os contrafortes serão executados nas posições do projeto e amarrados ao corpo do muro. As etapas serão inspecionadas antes do fechamento e recobrimento.

O reaterro mecanizado, no volume previsto de 110,40 m³, será executado com solo de 1ª categoria, sem substituição, em camadas de espessura compatível com o equipamento, seguido de compactação com placa vibratória, também no volume de 110,40 m³. O avanço será equilibrado e progressivo, sem impacto direto, empuxo localizado ou deformação das caixas. Equipamentos pesados deverão manter afastamento seguro da face, utilizando-se equipamento leve nas proximidades da contenção. A umidade e o grau de compactação deverão atender ao projeto e aos critérios de aceitação da fiscalização.

A separação filtrante e drenante entre o solo e os gabiões seguirá o projeto e a verificação geotécnica/hidráulica. O geotêxtil não tecido será contínuo, protegido contra perfuração e colmatação, com propriedades e sobreposições definidas em projeto. Como a planilha não apresenta item autônomo para esse material, sua cobertura em composição ou inclusão específica deverá ser definida antes da contratação, evitando omissão de custo.

O transporte da pedra de mão considera 306,72 m³ de material, com DMT total de 40,70 km, sendo 30,00 km no item básico e 10,70 km no adicional. A movimentação interna de terra e pedra está estimada em 306,72 m³·km. Veículos deverão circular com carga coberta, respeitar limites de peso,

rotas aprovadas e condições de segurança, mantendo comprovantes de origem mineral e controle dos volumes entregues.

Limpeza

Ao término, remover resíduos e materiais excedentes, desmobilizar o canteiro e o banheiro químico, recompor áreas afetadas e desobstruir os caminhos de drenagem. Entregar registros de execução, certificados dos materiais e orientações de inspeção após cheias. O recebimento dependerá de vistoria e correção das pendências pela CONTRATADA.

Santa Cruz do Escalvado/MG, 26 de outubro de 2026.

WILSON DIAS DA FONSECA JÚNIOR
Engenheiro Civil – CREA Nº 61.924/D

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 173/2026
CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº050/2026

- ANEXO III - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO (lote 1, 2 e 3)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 173/2026

CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº050/2026

ANEXO IV A–CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO DA ADMINISTRAÇÃO – LOTE 1

ANEXO IV B–CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO DA ADMINISTRAÇÃO – LOTE 2

ANEXO IV C–CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO DA ADMINISTRAÇÃO – LOTE 3

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 173/2026

CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº050/2026

ANEXO V - TERMO DE REFERENCIA

1 – DO OBJETO: Contração de empresa para execução de contenção tipo gabião nos Trechos 6, 7 e 8 do Ribeirão Escalvado, no Bairro Centro, município de Santa Cruz do Escalvado – MG

2– JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1 Os Trechos 6, 7 e 8 do Ribeirão Escalvado, no Bairro Centro, necessitam de estabilização e proteção da margem contra processos erosivos, solapamento, perda de solo e instabilidade localizada. A ação da correnteza, especialmente em períodos chuvosos, pode ampliar a degradação da seção, mobilizar sedimentos, afetar áreas adjacentes e elevar o risco à infraestrutura e à segurança da população.

A necessidade pública consiste em implantar estrutura drenante, deformável e resistente à ação hidráulica, capaz de conter o maciço, proteger o pé da margem e acomodar pequenas deformações sem ruptura frágil. A solução deverá integrar fundação/enrocamento, gabiões-saco de proteção, muro de gravidade em gabiões-caixa, filtro geotêxtil, reaterro compactado e acabamento, preservando a capacidade de escoamento do ribeirão.

A postergação da intervenção tende a aumentar a área degradada e o custo futuro de recomposição, além de manter riscos de instabilidade e carreamento de materiais. A contratação é necessária para executar solução definitiva no trecho projetado, com controle técnico, ambiental e de segurança.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 – Adoção da modalidade concorrência na forma presencial, condicionando-se memoriais descritivos ou padrões de qualidade e desempenho padronizados no Projeto Básico e Termo de Referência, enquadrando o objeto como serviço comum de engenharia.

3.3 – Critério de julgamento menor preço por LOTE e regime de execução empreitada por preço unitário.

3.4 – As obras serão executadas com a realização dos serviços, fornecimento de materiais incorporáveis aos serviços e, ainda, os equipamentos demandados para a execução dos serviços, sendo que todos os componentes, insumos e demais ações e serviços que sejam necessários para

a execução da solução estarão compreendidos na proposta de serviços a ser apresentada, incluídos impostos e outros custos diretos e indiretos da empresa.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 – A empresa deverá observar as necessidades de recursos humanos, instalações, aparelhamento técnico, de equipamentos e de ferramentas eletrônicas de assistência ao monitoramento e acompanhamento da execução do objeto.

4.2 – A empresa tem que ter condições e equipamentos necessários para executar a obra contemplada neste objeto.

4.3 – A empresa deverá possuir capacidade financeira para arcar com o fluxo de caixa necessário a execução do objeto.

4.4. Para assinatura do contrato a licitante vencedora deverá comprovar o capital social mínimo de 10% do valor estimado da Contratação.

4.5. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os Arts. 96 e seguintes da Lei 14.133/2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratual.

4.5.1. Será exigida garantia de 1% da proposta.

4.6. Os serviços deverão ser executados em conformidade com o projeto básico/executivo, memorial descritivo, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, normas técnicas da ABNT aplicáveis e demais especificações técnicas definidas pela Administração, garantindo a qualidade, durabilidade e segurança da obra.

4.7. A empresa deverá aceitar e se submeter à fiscalização da Administração, prestando todas as informações solicitadas, mantendo responsável técnico legalmente habilitado pela obra e cumprindo integralmente as condições contratuais, sob pena das sanções previstas na legislação e no instrumento convocatório.

5- SUBCONTRATAÇÃO

5.1. – A subcontratação do objeto poderá ocorrer nas seguintes condições:

5.2. – Facultativa, desde que autorizada pela Prefeitura nos termos do Art. 122 da Lei 14.133/2021.

5.3. – A subcontratação, caso seja efetivada, somente poderá recair em parcela de menor relevância técnica e financeira.

6. Garantia da Proposta

6.1. Será exigida dos licitantes a apresentação de garantia de proposta, nos termos do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, como condição para participação no certame. A garantia da proposta corresponderá a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação.

6.1.2. A medida busca reduzir o risco de participação de licitantes sem efetiva capacidade ou intenção de assumir as obrigações decorrentes da proposta apresentada, bem como minimizar a ocorrência de desistências injustificadas após a conclusão do certame, situações que podem provocar atrasos na contratação e, consequentemente, na execução da obra. A garantia também contribui para resguardar a Administração diante de eventual recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação, circunstância que poderá acarretar a execução integral da garantia, nos termos da legislação aplicável. Dessa forma, considerando os riscos decorrentes de eventual desistência do licitante vencedor e os prejuízos que o atraso na execução da obra poderá ocasionar à Administração e à população beneficiada, entende-se adequada e proporcional a exigência de garantia da proposta, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação para cada lote, nos termos do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2. DA GARANTIA DO CONTRATO

6.2.1.Será exigida a garantia do contrato de 5% do valor estimado da licitação. A exigência de garantia contratual tem por finalidade resguardar a Administração Pública quanto ao fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, proporcionando maior segurança na execução da obra e minimizando os riscos de prejuízos decorrentes de eventual inadimplemento contratual.

Considerando que a contratação envolve a execução de obra de engenharia, cuja natureza demanda investimentos significativos, observância de cronograma físico-financeiro e rigoroso controle técnico, a prestação de garantia mostra-se medida adequada e proporcional para assegurar a continuidade da execução do objeto, a reparação de eventuais danos causados à Administração e o cumprimento das obrigações contratuais.

7 - ESTIMATIVAS DE QUANTIDADES E VALOR ESTIMADO:

7.1.A Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Escalvado, através do corpo técnico, elaborou o projeto executivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro. As quantidades foram devidamente

levantadas, sendo que a memória de cálculo juntamente com a Planilha orçamentária contendo a descrição dos serviços, códigos de referência e custo unitário dos serviços, se encontram anexas a esse ETP.

7.2.O valor estimado para a contratação é na ordem de R$ 477.958,74 para o LOTE 1; R$ 271.930.78 para o LOTE 2 e R$ 316.954,16 para o LOTE 3 a serem pagos com recursos próprios.

8- CLÁUSULA II – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 – A CONTRATADA se obriga a executar a obra de acordo com o preço, prazo e demais condições estipuladas em sua Proposta Comercial, bem como nas descrições e especificações constantes do Projeto, com zelo e diligência, e em estrita observância à melhor técnica vigente, enquadrando-se os trabalhos às Normas Brasileiras Registradas – NBR da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

8.2 – Todos os materiais e equipamentos indispensáveis à boa execução dos serviços contratados, de acordo com o Projeto Executivo, adquiridos pela Contratada, deverão ser de primeira qualidade e dentro das especificações técnicas estipuladas nos memoriais, assumindo a CONTRATADA as despesas referentes a transportes, cargas, descargas e movimentação de materiais, suas respectivas perdas e estocagem, dentro e fora do canteiro de obras, ensaios, testes ou provas necessárias, inclusive os mal executados, não sendo aceitos complementos com outras características.

8.2.1 – Deverão ser submetidas à Equipe de Fiscalização da CONTRATANTE as amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes da sua execução.

8.2.2 – No caso de uso de materiais equivalentes aos descritos nas Especificações Técnicas, sempre que a Equipe de Fiscalização da CONTRATANTE julgar necessário, a CONTRATADA deverá providenciar, às suas expensas, atestado de equivalência de desempenho dos materiais apresentados, junto a instituições ou fundações capacitadas para este fim.

8.3 – A CONTRATADA não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, nem caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira, sob pena de rescisão contratual, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

8.4 – A CONTRATADA deverá arcar com o ônus de eventuais adaptações, em caso de possíveis omissões, divergências, vícios e/ou defeitos resultantes do confronto entre o Projeto Executivo e os Memoriais fornecidos, uma vez que é considerada altamente especializada na obra e serviços em questão, estando incluídas, no valor global da proposta apresentada, eventuais complementações e acréscimos de materiais e acessórios por acaso omitido no Projeto Executivo,

mas implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento de todas as instalações, máquinas, equipamentos e aparelhos fornecidos, instalados ou incorporados ao imóvel, desde que não representem parcelas relevantes da obra ou impliquem em alteração qualitativa do empreendimento.

8.5 – A CONTRATADA deverá permitir livre acesso, à Equipe de Fiscalização da CONTRATANTE e àqueles a quem a Prefeitura formalmente indicar, às suas instalações e a todos os locais onde estiverem sendo estocados materiais relacionados com o objeto desta contratação, responsabilizando-se, sem qualquer ônus adicional, por todas as demolições e remoções necessárias, recomposições de fora das especificações ou com vícios e/ou defeitos, regularmente apontadas como necessárias pela Equipe de Fiscalização da CONTRATANTE.

8.6. – Providenciar o registro do Contrato e da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART junto ao CREA ou CAU e demais órgãos envolvidos, em até 10 (dez) dias após a data de assinatura do Contrato, arcando com todas as taxas e emolumentos, sem ônus para a CONTRATANTE;

8.7. – Providenciar a inscrição da obra junto aos órgãos e repartições competentes, sem ônus para a CONTRATANTE;

8.8. – Obter todas as licenças e franquias necessárias à perfeita consecução dos serviços, em observância a todas as leis, regulamentos e posturas referentes à obra e à segurança pública, sem ônus para a CONTRATANTE;

8.9 – Arcar com as despesas concernentes à mão-de-obra, material, tributos, serviços de terceiros, inclusive obrigações trabalhistas, comerciais e previdenciárias, transporte, alimentação, ferramentas, equipamentos, maquinarias, seguros, licenças e dentre outros;

8.10 – Arcar com as despesas decorrentes de multas eventualmente aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais, em consequência de fato a ela imputável e por ato de seu pessoal, inclusive aquelas que, por efeito legal, sejam impostas à CONTRATANTE;

8.11 – Manter no local da obra, em caráter permanente, equipe convenientemente dimensionada, dirigida pelo(s) Responsável (eis) Técnico(os) devidamente habilitado(s), com autonomia para tomar decisões no canteiro de obra, responsabilizando-se pelo livro “Diário de Obra”, com folhas triplas devidamente numeradas, onde serão feitas, por parte da Equipe de Fiscalização da CONTRATANTE, as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos, relacionando indicações técnicas, início e término dos serviços, condições meteorológicas e demais informações que se

façam necessárias, servindo tal livro como documento base indispensável para dirimir dúvidas e quaisquer reivindicações futuras;

8.12 – Fornecer mão-de-obra qualificada e legalmente habilitada, bem como todos os recursos materiais necessários à execução dos serviços;

8.13– Fornecer nome completo e número dos documentos pessoais (RG ou CTPS e CPF/MF) de todos os profissionais envolvidos na execução dos serviços, com cópia dos comprovantes de habilitação profissional, até 48 horas antes do início da obra;

8.14. – Manter todos os profissionais sob sua responsabilidade devidamente trajados e identificados, com utilização de crachás;

8.15 – Obedecer estritamente à legislação trabalhista e previdenciária;

8.16 – Obedecer estritamente às disposições atinentes à Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho, incluídas as normas regulamentares instituídas pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, sobretudo as NR 5 (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA), NR 6 (Equipamento de Proteção Individual – EPI), NR 10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade), NR 18 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção) e NR 24 (Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho);

8.17 – Obedecer estritamente às Normas Brasileiras Registradas – NBR da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, principalmente a NBR-7678 (Segurança na Execução de Obras em Serviços de Construção);

8.18 – Fornecer ao seu quadro funcional todo o Equipamento de Proteção Individual – EPI e Equipamento de Proteção Coletiva – EPC, conforme legislação de regência;

8.19 – Estabelecer carga horária laboral de acordo com a legislação vigente;

8.20 – Fornecer, colocar e manter, no canteiro de obra, placa de identificação da obra, conforme padrão estabelecido pela CONTRATANTE, além das exigidas pelos órgãos locais de fiscalização e licenciamento;

8.21 – Remover a totalidade do entulho e materiais não utilizados na execução dos serviços, durante a integral execução da obra, devendo ser mantidas limpas todas as instalações do canteiro de obras;

8.22 – Fornecer sempre que solicitado pela CONTRATANTE os comprovantes de pagamentos dos empregados e do recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e fiscais, decorrentes da execução da obra;

8.23 - Manter, durante toda a execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas neste Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente.

8.25. – A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas e previdenciários de sua competência não transfere a responsabilidade por seu pagamento à CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Prefeitura Municipal de SANTA CRUZ DO ESCALVADO - MG, de obrigação resultante da execução deste Contrato.

8.26-Conforme previsto no Decreto Municipal nº 643/2006, art. 4º. Caput e seu parágrafo 1º, as empresas poderão optar pela dedução de 40% (quarenta por cento) do valor dos serviços a título de materiais aplicados, desde que, por meio de protocolo junto ao Setor Tributário da Prefeitura, obrigatoriamente antes do início da obra.

9 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 – Acompanhar, fiscalizar e avaliar os trabalhos objeto deste Contrato, por meio de sua Equipe de Fiscalização.

9.2 – Emitir, em até 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura deste instrumento contratual, a Ordem de Serviço.

9.3 – Fornecer os dados necessários para a execução do projeto, bem como permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA para realização dos levantamentos e apontamentos necessários à execução dos serviços.

9.4 – Efetuar os pagamentos pelos serviços realizados, na forma e prazo estabelecidos neste Contrato.

9.2 – A CONTRATANTE proporcionará à CONTRATADA todas as facilidades necessárias à boa execução dos serviços deste Contrato, e designará representantes para acompanhar o andamento dos serviços e dirimir eventuais dúvidas a ele vinculadas.

9.2.1 – A CONTRATANTE fornecerá qualquer outra informação ou dirimirá qualquer dúvida que a sua Equipe de Fiscalização não logre elidir, por intermédio da Prefeitura Municipal DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO- MG.

9.3 – A CONTRATANTE efetuará os pagamentos na forma prevista no contrato.

10- INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa:

i. moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

ii. compensatória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.3. A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.4. Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.11. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade na Imprensa Oficial do Município.

10.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11 - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

11.1 – O prazo de execução do objeto ora contratado será conforme estabelecido no cronograma físico financeiro e ETP, a contar do primeiro dia útil após o recebimento da Ordem de Serviço (conforme cronograma físico financeiro.

11.2 – A CONTRATADA deverá dar início à obra em até 10 (dez) dias úteis da data do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela CONTRATANTE.

11.2.1 – A Ordem de Serviço será emitida em até 10 dias após a assinatura do contrato.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

121 – As despesas atinentes à presente contratação serão atendidas com os recursos assim consignados: 4.4.90.51.00.2.06.01.15.451.0007.1.0019 fonte 1.899.069

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento dos serviços prestados será realizado pela Prefeitura Municipal de SANTA CRUZ DO ESCALVADO, na conta da CONTRATADA, com recursos próprios mediante o cumprimento de cada etapa dos serviços constantes do cronograma físico-financeiro, devidamente atestado pelo setor de Engenharia, com a apresentação da Nota Fiscal, proporcionalmente à execução dos serviços, em até 30 (trinta) dias após apresentação da nota fiscal.

13.1.1. As medições estão condicionadas a execução dos valores constantes no cronograma físico financeiro

13.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da contratada.

14- GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1 – A execução do Contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte da CONTRATANTE, por meio de representantes com atribuição específica para tal, os quais terão livre acesso e autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral e controle a saber:

GESTOR DO CONTRATO:

Nome: Richard Bortolini Soares

Cargo: Secretário de Agricultura, Pecuária, Comercio, Industria e Meio Ambiente

FISCAL DO CONTRATO:

Nome: Laura Barros Leandro

Cargo: Agente Administrativo

15. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

15.1 – O Contrato terá vigência de 12 meses a partir de sua emissão, prorrogáveis conforme previsto na Lei 14.133/2021

16.VISITA TÉCNICA

16.1. As visitas técnicas ao local dos serviços serão facultativas, realizadas em dias úteis, no período compreendido entre a data da publicação do resumo deste edital na imprensa oficial do município, até 01 (UM) dia anterior à data determinada para sessão pública de análise da proposta de preços e os documentos de habilitação.

17. TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.

A forma de escolha do fornecedor deverá será por licitação do tipo "menor preço", sob o critério de julgamento de menor preço por lote, na modalidade "CONCORRENCIA", na forma presencial, com ampla concorrência, visando a obtenção da melhor proposta para a Administração.

A previsão está expressa no art. 176 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2024:

> Art. 176. Os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação desta Lei, para cumprimento:
> I - dos requisitos estabelecidos no art. 7º e no caput do art. 8º desta Lei;
> II - da obrigatoriedade de realização da licitação sob a forma eletrônica a que se refere o § 2º do art. 17 desta Lei;
> III - das regras relativas à divulgação em sítio eletrônico oficial.

Como se sabe, a legislação prevê o uso da modalidade CONCORRENCIA, preferencialmente na sua forma eletrônica, todavia, a norma admite a adoção de presencial, de forma a permitir, entre outras peculiaridades, que podem ocorrer na forma eletrônica, a inibição por exemplo, da apresentação de propostas insustentáveis em face do tipo de produtos ou serviços, que podem atrasar os procedimentos e aumentar custos, além de atrasos na execução.

Na forma presencial tem-se menos procedimentos burocráticos, além do que, a facilidade na negociação de preços, verificando as condições de habilitação técnica das licitantes, evitando inclusive, apresentação de propostas que não preenchem as condições de habilitação através de documentos verossímeis e adequados ao objeto, evitando propostas que não se sustentem, causando morosidade e embaraços no certame, o que nesta situação frustraria todo um evento,

além do que, a Concorrência ainda que na modalidade presencial, cumpre as disposições legais e princípios, dentre as quais, da publicidade, além da gravação da sessão que garante a transparência dos atos na realização da mesma.

E ainda, dada a natureza do objeto, a concorrência presencial permite maior controle direto pela Agente da Contratação, possibilitando maior transparência e imediata resolução de dúvidas durante a sessão.

Ressalta-se que a presente contratação não envolve recursos provenientes de transferências voluntárias da União, não estando, portanto, sujeita às exigências específicas de utilização da forma eletrônica eventualmente estabelecidas para contratações financiadas com recursos federais transferidos voluntariamente.

Sendo assim, a escolha da modalidade Concorrência Presencial, é a que melhor se adequa a contratação do objeto, em detrimento da Concorrência Eletrônica, de acordo com sua necessidade e conveniência.

18. PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO:

18.1A Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Escalvado não possui plano anual de contratação vigente para o exercício de 2026. O objeto em questão está alinhado com o planejamento de contratações previstas para execução futura, respeitando-se a disponibilidade financeira do momento.

19– JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

19.1.O não parcelamento da obra/serviços é mais satisfatório do ponto de vista de gestão, além da interdependência dos serviços, onde o atraso de um, impacta diretamente no cronograma da obra.

20– CONTRATAÇÕES CORRELATA E/OU INTERDEPENDENTES:

20.1.Não há contratações interdependentes visto que não há previsão de execução de outros serviços complementares, diferentes daqueles já listados na planilha orçamentária.

21– PROVIDÊNCIAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

21.1.Será facultada a realização de visita técnica para conhecimento do local onde serão executados os serviços, dos acessos disponíveis, da logística de transporte, e de todas as dificuldades que possam interferir na execução dos serviços, ressalvando-se que a visita técnica não se aplica para efeito de habilitação, somente para efeito de execução, assumindo os riscos da

execução na hipótese de não realizar a visita técnica. Será realizada reunião entre a empresa vencedora e o Município para alinhamento dos procedimentos contínuos e diários envolvendo a execução do objeto.

Santa Cruz do Escalvado, ... de xxxxxxxxxx de 2026.

_____

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE Agricultura, Pecuaria, Comercio, Industria e Meio Ambiente

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 173/2026

CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº050/2026

ANEXO VI- MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

_____, _____,_____.

À

Prefeitura Municipal de SANTA CRUZ DO ESCALVADO

Referência: – CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº XXX2026

OBJETO: Contração de empresa para execução de contenção tipo gabião nos Trechos 6, 7 e 8 do Ribeirão Escalvado, no Bairro Centro, município de Santa Cruz do Escalvado – MG.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, neste ato, representada por _____, sócio proprietário, em atendimento ao disposto no Edital da CONCORRENCIA em epígrafe, após análise do referido instrumento convocatório e tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, e do local das referidas obras, se propõe a executar as obras objeto desta licitação, sob sua inteira responsabilidade, nas condições a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR DO TOTAL
	LOTE 1	
1	Contração de empresa para execução de contenção tipo gabião no Trecho 6 do Ribeirão Escalvado, no Bairro Centro, município de Santa Cruz do Escalvado – MG	
	LOTE 2	
2	Contração de empresa para execução de contenção tipo gabião no Trecho 7	

	do Ribeirão Escalvado, no Bairro Centro, município de Santa Cruz do Escalvado – MG	
	LOTE 3	
3	Contração de empresa para execução de contenção tipo gabião no Trecho 8 do Ribeirão Escalvado, no Bairro Centro, município de Santa Cruz do Escalvado – MG	
	TOTAL GERAL	

A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA A PLANILHA ORÇAMENTÁRIA CONTENDO TODOS OS ITENS E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO.

A presente proposta é válida pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir desta data.

Deverão ser utilizados os equipamentos e a Equipe Técnica e administrativa necessários à perfeita execução dos serviços e ainda que tomei total conhecimento do Edital e seus anexos.

As Obras e/ou Serviços serão executados em obediência as especificações das Normas Técnicas Brasileiras, assumindo, desde já, total responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos

Atenciosamente.

_____ de _____ de _____ de 2026.

_____

Representante Legal.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 173/2026

CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº050/2026

ANEXO VII – MINUTA DO CONTRATO

O Município de SANTA CRUZ DO ESCALVADO - Estado de Minas Gerais, estabelecido na Rua CAPITÃO LUIZ SETTE, 130, Centro, SANTA CRUZ DO ESCALVADO -MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.316.273/0001-05, isento de inscrição estadual, representado pelo Prefeito Municipal Sr. GILMAR DE PAULA LIMA, de ora denominado CONTRATANTE, e de outro lado (a empresa), inscrita no CNPJ sob o n.º _____ , estabelecida _____ representada por _____, de ora em diante denominada CONTRATADA, ajustam e celebram o presente instrumento, regido pela Lei 14.133/2021 e suas alterações, conforme as cláusulas abaixo:

CLÁUSULA I – DO OBJETO E VALOR

1.1 – O presente contrato tem como objeto a Contração de empresa para execução de contenção tipo gabião nos Trechos 6, 7 e 8 do Ribeirão Escalvado, no Bairro Centro, município de Santa Cruz do Escalvado – MG, de acordo com *planilha orçamentária e cronograma físico financeiro e demais anexos*, oriundo Processo Licitatório nº .....2026, CONCORRENCIA PUBLICA Nºxxx/2026 que é parte integrante deste contrato.

1.1.1. A obra inclui o fornecimento de materiais, equipamentos e mão-de-obra.

1.1.1.1. O presente contrato deverá ser executado no prazo e etapas estabelecidas no cronograma físico financeiro da obra, anexo ao edital, que passa fazer parte integrante deste instrumento contratual.

1.2. O valor do presente contrato corresponde a importância de R$,,,,,,,,,,,(,,,,,,,,,,), conforme apresentado na proposta comercial.

CLÁUSULA II – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1 – A CONTRATADA se obriga a executar a obra de acordo com o preço, prazo e demais condições estipuladas em sua Proposta Comercial, bem como nas descrições e especificações constantes do Projeto, com zelo e diligência, e em estrita observância à melhor técnica vigente, enquadrando-se os trabalhos às Normas Brasileiras Registradas – NBR da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

2.2 – Todos os materiais e equipamentos indispensáveis à boa execução dos serviços contratados, de acordo com o Projeto Executivo, adquiridos pela Contratada, deverão ser de primeira qualidade e dentro das especificações técnicas estipuladas nos memoriais, assumindo a CONTRATADA as

despesas referentes a transportes, cargas, descargas e movimentação de materiais, suas respectivas perdas e estocagem, dentro e fora do canteiro de obras, ensaios, testes ou provas necessárias, inclusive os mal executados, não sendo aceitos complementos com outras características.

2.2.1 – Deverão ser submetidas à Equipe de Fiscalização da CONTRATANTE as amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes da sua execução.

2.2.2 – No caso de uso de materiais equivalentes aos descritos nas Especificações Técnicas, sempre que a Equipe de Fiscalização da CONTRATANTE julgar necessário, a CONTRATADA deverá providenciar, às suas expensas, atestado de equivalência de desempenho dos materiais apresentados, junto a instituições ou fundações capacitadas para este fim.

2.3 – A CONTRATADA não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, nem caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira, sob pena de rescisão contratual, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

2.4 – A CONTRATADA deverá arcar com o ônus de eventuais adaptações, em caso de possíveis omissões, divergências, vícios e/ou defeitos resultantes do confronto entre o Projeto Executivo e os Memoriais fornecidos, uma vez que é considerada altamente especializada na obra e serviços em questão, estando incluídas, no valor global da proposta apresentada, eventuais complementações e acréscimos de materiais e acessórios por acaso omitido no Projeto Executivo, mas implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento de todas as instalações, máquinas, equipamentos e aparelhos fornecidos, instalados ou incorporados ao imóvel, desde que não representem parcelas relevantes da obra ou impliquem em alteração qualitativa do empreendimento.

2.5 – A CONTRATADA deverá permitir livre acesso, à Equipe de Fiscalização da CONTRATANTE e àqueles a quem a Prefeitura formalmente indicar, às suas instalações e a todos os locais onde estiverem sendo estocados materiais relacionados com o objeto desta contratação, responsabilizando-se, sem qualquer ônus adicional, por todas as demolições e remoções necessárias, recomposições de fora das especificações ou com vícios e/ou defeitos, regularmente apontadas como necessárias pela Equipe de Fiscalização da CONTRATANTE.

2.6 – A CONTRATADA se obriga a:

2.6.1 – Providenciar o registro do Contrato e da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART junto ao CREA ou CAU e demais órgãos envolvidos, em até 10 (dez) dias após a data de

assinatura do Contrato, arcando com todas as taxas e emolumentos, sem ônus para a CONTRATANTE;

2.6.2 – Providenciar a inscrição da obra junto aos órgãos e repartições competentes, sem ônus para a CONTRATANTE;

2.6.3 – Obter todas as licenças e franquias necessárias à perfeita consecução dos serviços, em observância a todas as leis, regulamentos e posturas referentes à obra e à segurança pública, sem ônus para a CONTRATANTE;

2.6.4 – Arcar com as despesas concernentes à mão-de-obra, material, tributos, serviços de terceiros, inclusive obrigações trabalhistas, comerciais e previdenciárias, transporte, alimentação, ferramentas, equipamentos, maquinarias, seguros, licenças e dentre outros;

2.6.5 – Arcar com as despesas decorrentes de multas eventualmente aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais, em consequência de fato a ela imputável e por ato de seu pessoal, inclusive aquelas que, por efeito legal, sejam impostas à CONTRATANTE;

2.6.6 – Manter no local da obra, em caráter permanente, equipe convenientemente dimensionada, dirigida pelo(s) Responsável (eis) Técnico(os) devidamente habilitado(s), com autonomia para tomar decisões no canteiro de obra, responsabilizando-se pelo livro "Diário de Obra", com folhas triplas devidamente numeradas, onde serão feitas, por parte da Equipe de Fiscalização da CONTRATANTE, as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos, relacionando indicações técnicas, início e término dos serviços, condições meteorológicas e demais informações que se façam necessárias, servindo tal livro como documento base indispensável para dirimir dúvidas e quaisquer reivindicações futuras;

2.6.7 – Fornecer mão-de-obra qualificada e legalmente habilitada, bem como todos os recursos materiais necessários à execução dos serviços;

2.6.8– Fornecer nome completo e número dos documentos pessoais (RG ou CTPS e CPF/MF) de todos os profissionais envolvidos na execução dos serviços, com cópia dos comprovantes de habilitação profissional, até 48 horas antes do início da obra;

2.6.9 – Manter todos os profissionais sob sua responsabilidade devidamente trajados e identificados, com utilização de crachás;

2.6.10 – Obedecer estritamente à legislação trabalhista e previdenciária;

2.6.11 – Obedecer estritamente às disposições atinentes à Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho, incluídas as normas regulamentares instituídas pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, sobretudo as NR 5 (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA), NR 6 (Equipamento de

Proteção Individual – EPI), NR 10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade), NR 18 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção) e NR 24 (Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho);

2.6.12 – Obedecer estritamente às Normas Brasileiras Registradas – NBR da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, principalmente a NBR-7678 (Segurança na Execução de Obras em Serviços de Construção);

2.6.13 – Fornecer ao seu quadro funcional todo o Equipamento de Proteção Individual – EPI e Equipamento de Proteção Coletiva – EPC, conforme legislação de regência;

2.6.14 – Estabelecer carga horária laboral de acordo com a legislação vigente;

2.6.15 – Fornecer, colocar e manter, no canteiro de obra, placa de identificação da obra, conforme padrão estabelecido pela CONTRATANTE, além das exigidas pelos órgãos locais de fiscalização e licenciamento;

2.6.16 – Remover a totalidade do entulho e materiais não utilizados na execução dos serviços, durante a integral execução da obra, devendo ser mantidas limpas todas as instalações do canteiro de obras;

2.6.17 – Fornecer sempre que solicitado pela CONTRATANTE os comprovantes de pagamentos dos empregados e do recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e fiscais, decorrentes da execução da obra;

2.7 A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas neste Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente

2.8 – A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas e previdenciários de sua competência não transfere a responsabilidade por seu pagamento à CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Prefeitura Municipal de SANTA CRUZ DO ESCALVADO - MG, de obrigação resultante da execução deste Contrato.

2.10 -**Conforme previsto no Decreto Municipal nº 643/2006, art. 4º. Caput e seu parágrafo 1º, as empresas poderão optar pela dedução de 40% (quarenta por cento) do valor dos serviços a título de materiais aplicados, desde que, por meio de protocolo junto ao Setor Tributário da Prefeitura, obrigatoriamente antes do início da obra.**

CLÁUSULA III – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1 – A CONTRATANTE se obriga a:

3.1.1 – Acompanhar, fiscalizar e avaliar os trabalhos objeto deste Contrato, por meio de sua Equipe de Fiscalização;

3.1.2 – Emitir, em até 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura deste instrumento contratual, a Ordem de Serviço;

3.1.3 – Fornecer os dados necessários para a execução do projeto, bem como permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA para realização dos levantamentos e apontamentos necessários à execução dos serviços.

3.1.4 – Efetuar os pagamentos pelos serviços realizados, na forma e prazo estabelecidos neste Contrato.

3.2 – A CONTRATANTE proporcionará à CONTRATADA todas as facilidades necessárias à boa execução dos serviços deste Contrato, e designará representantes para acompanhar o andamento dos serviços e dirimir eventuais dúvidas a ele vinculadas.

3.2.1 – A CONTRATANTE fornecerá qualquer outra informação ou dirimirá qualquer dúvida que a sua Equipe de Fiscalização não logre elidir, por intermédio da Prefeitura Municipal DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO- MG.

3.3 – A CONTRATANTE efetuará os pagamentos na forma prevista neste contrato.

CLÁUSULA IV – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

4.1 – O prazo de execução do objeto ora contratado será de LOTE 1 45 dias, LOTE 2 25 dias e LOTE 3 30 dias a contar do primeiro dia útil após o recebimento da Ordem de Serviço (conforme cronograma físico financeiro.

4.2 – A CONTRATADA deverá dar início à obra em até 10 (dez) dias úteis da data do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela CONTRATANTE.

4.2.1 – A Ordem de Serviço será emitida em até 10 dias após a assinatura do presente contrato.

4.3 – No cômputo do prazo mencionado na Cláusula 4.1, serão excluídos os atrasos decorrentes de caso fortuito e força maior, devidamente reconhecidos pela CONTRATANTE, que venham a paralisar ou dificultar a execução dos serviços contratados.

4.3.1 – Qualquer evento que venha a ser considerado pela CONTRATADA como danoso e prejudicial à regular execução deste Contrato, só irá eximi-la da responsabilidade contratual a que está sujeita, após ter a CONTRATANTE analisado e concluído que se tratava de fato imprevisível à álea contratual, dificultoso à normal execução do contrato, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, ou, ainda, de caso fortuito e força maior.

4.3.2 – Caberá exclusivamente à CONTRATADA o encargo de reunir toda documentação necessária à comprovação da ocorrência dos fatos mencionados no item anterior, a ser apreciada pela CONTRATANTE.

4.3.3 – Incumbe à Contratada consultar com antecedência seus fornecedores quanto aos prazos de entrega dos materiais especificados a serem utilizados, não cabendo, portanto, a justificativa do atraso da obra devido ao não cumprimento dos prazos de entrega de materiais por parte dos fornecedores.

4.4 – O cronograma poderá ser atualizado, ainda, sempre que se verificar qualquer dos fatos abaixo:

4.4.1 – falta de elementos técnicos para o início ou prosseguimento dos serviços quando seu fornecimento depender da CONTRATANTE;

4.4.2 – ordem escrita da CONTRATANTE para paralisar ou diminuir o ritmo dos serviços;

4.4.3 – alteração do objeto para sua melhor adequação técnica, com o consequente realinhamento de etapas;

4.4.4 – adiantamento da execução financeira do cronograma, em decorrência da execução antecipada, devidamente autorizada pela CONTRATANTE, de etapas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA V – DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

5.1. – Será exigida a garantia da contratação de que tratam os Arts. 96 e seguintes da Lei 14.133/2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratual.

5.1.2. – A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 3 (três) dias úteis após a assinatura do contrato.

5.1.3. – As garantias de trata o item anterior poderão ser prestadas nas seguintes modalidades, nos termos do Art. 96 da Lei 14.133/2021: a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, estes na forma da Lei; b) Seguro-garantia; e c) Fiança bancária, na forma da Lei.

5.1.4.A garantia será exigida em até 05 (cinco) dias úteis da assinatura do contrato.

CLÁUSULA VI – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

6.1 – O presente Contrato terá vigência de 12 meses a partir de sua emissão, prorrogáveis conforme Art. 111 da Lei 14.133/2021.

6.2 – Os prazos de execução das etapas dos serviços obedecerão ao Cronograma Físico- financeiro que integra este Contrato

6.3 – O prazo estipulado poderá ser antecipado na hipótese de a CONTRATADA notificar a CONTRATANTE sobre a conclusão do objeto e, desde que a Equipe de Fiscalização da CONTRATANTE concorde que a obra esteja em condições de ser recebida provisoriamente.

CLÁUSULA VII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSO FINANCEIRO

7.1 – As despesas atinentes à execução deste Contrato serão atendidas com os recursos assim consignados: 4.4.90.51.00.2.06.01.15.451.0007.1.0019 fonte 1.899.069

CLÁUSULA VIII – DO PREÇO – REAJUSTE – EQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

8.1 – A CONTRATADA realizará a obra e serviços objeto deste Contrato conforme apresentado na proposta comercial.

8.2 - Os preços contratados são fixos e irreajustáveis pelo período de 12 meses, contados da data do início de vigência deste contrato.

8.3 - A periodicidade anual do contrato, nos termos do art. 3º, §1º, da Lei 10.192/01 será contada a partir da data limite para apresentação da proposta de preços relativa a este contrato.

8.3.1 – A partir do décimo segundo mês de vigência contratual, especificamente quanto as parcelas ainda não executadas do contrato – saldo contratual - os preços poderão ser reajustados com base na variação de índices oficiais de preços que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos, pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, de modo a garantir a manutenção dos preços de mercado.

8.3.2 - O saldo contratual sobre o qual incidirá o reajuste deverá ser informado pelo fiscal do contrato. Na apuração do saldo contratual para incidência do reajuste serão deduzidos, além dos serviços medidos e pagos até o momento de aquisição do direito ao reajuste, os serviços previstos em cronograma físico-financeiro, mas não executados por culpa exclusiva da CONTRATADA.

8.3.3 - O reajuste produzirá efeitos financeiros a partir da aquisição do direito pelo CONTRATADO, na forma do item 8.3, 8.3.1 e 8.3.2 deste contrato.

8.4 – Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRANTE, para a justa remuneração da obra, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual

8.5. - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

CLÁUSULA IX – DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento dos serviços prestados será realizado pela Prefeitura Municipal de SANTA CRUZ DO ESCALVADO, com recursos financeiros próprios da CONTRATADA, mediante o cumprimento de cada etapa dos serviços constantes do cronograma físico-financeiro, devidamente atestado pelo setor de Engenharia, com a apresentação da Nota Fiscal, proporcionalmente à execução dos serviços, em até 30 (trinta) dias após apresentação da nota fiscal.

CLÁUSULA X - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa:

i. moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

ii. compensatória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.3. A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.4. Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida; b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o

contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.11. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade na Imprensa Oficial do Município.

10.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA 11– DA RESPONSABILIDADE CONTRATUAL

11.1 – Durante o prazo irredutível de 05 (cinco) anos contados da data de Recebimento Definitivo da Obra, a CONTRATADA responderá pela solidez e segurança do objeto ora contratado, assim em razão dos materiais, como do solo, consoante estabelece o artigo 618 do Código Civil e pela Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA XII – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

12.1 – A CONTRATADA assumirá total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar ao Patrimônio da CONTRATANTE ou a terceiros, quando da execução do objeto deste Contrato.

12.1.1 – A CONTRATANTE estipulará o prazo razoável para reparação do dano causado.

12.2 – Todos os projetos e serviços mencionados em qualquer documento que integre o presente Contrato serão executados sob responsabilidade direta da CONTRATADA, que se responsabiliza, também, pelos riscos e prejuízos advindos de casos fortuitos.

CLÁUSULA XIII – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

13.1 – A execução do Contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte da CONTRATANTE, por meio de representantes com atribuição específica para tal, os quais terão livre acesso e autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral e controle a saber:

GESTOR DO CONTRATO:

Nome: Richard Bortolini Soares

Cargo: Secretário de Agricultura, Pecuária, Comercio, Industria e Meio Ambiente

FISCAL DO CONTRATO:

Nome: Laura Barros Leandro

Cargo: Agente Administrativo

CLÁUSULA 14 – DA ALTERAÇÃO

14.1 – Este Contrato poderá ser alterado, unilateralmente, ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no artigo 124 das Lei n° 14.133/2021.

14.2 – No interesse da Administração Pública CONTRATANTE, o valor inicial da obra, objeto deste Contrato, poderá ser aumentado ou suprimido até os limites previstos no Art. 125 da Lei 14.133/2021.

14.2.1 – A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários;

14.2.2 – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido neste item, salvo as supressões que resultem de acordo celebrado entre as partes contratantes.

CLÁUSULA XV – DA RESCISÃO

15.1 – A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto no artigo 155 da Lei 14.133/2021.

15.1.1 – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA 16 – DO FORO

16.1 – Fica eleito o da Comarca de Ponte Nova-MG, para dirimir questões oriundas deste Contrato, por mais privilegiado que outro possa parecer.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, forma e data.

Santa Cruz do Escalvado, ----- de ---------- de 2026

_____

GILMAR DE PAULA LIMA

PREFEITO MUNICIPAL-CONTRATANTE

_____

CONTRATADA

Testemunhas:

_____ _____

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 173/2026

CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº050/2026

ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE

Declaramos a disponibilidade de todos os equipamentos, materiais e equipe técnica necessários para atendimento dos serviços solicitados para o cumprimento das obrigações objeto da Concorrência PUBLICA nº .../2026

DATA,..... DE ..... DE 2026.

_____

Assinatura do Representante Legal da empresa

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 173/2026

CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº050/2026

ANEXO IX– DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES LOCAIS

Declaro, na qualidade de.....da empresa..... sediada à..... .....telefone:..... que tomei conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da CONCORRENCIA Nº .../2026.

DATA,..... DE ..... DE 2026.

_____

Assinatura do Representante Legal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 173/2026

CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº050/2026

ANEXO X

PROJETOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 173/2026

CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº050/2026

ANEXO XI - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento particular de procuração, a (razão social da empresa ou pessoa física), com sede (endereço completo) inscrita no CNPJ/ MF ou CPF.....sob o nº (.....), nomeia e constitui seu bastante procurador (a) o(a) Sr. (a) (nome do representante) portador (a) da cédula de identidade (nº RG), e CPF (nº CPF), a quem confere amplos poderes para representar perante o Município de SANTA CRUZ DO ESCALVADO na Sessão de Concorrência nº 050/2026, o qual está autorizado a requerer vistas de documentos e propostas, manifestar-se em nome da empresa, formular lances verbais, negociar a aumento de preços, desistir e interpor recursos, rubricar documentos e assinar atas, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Agente da Contratação enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da outorgante.

_____,_____ de _____de 2026.

_____

Assinatura do representante legal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 173/2026

CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº050/2026

ANEXO XII- MODELO DE DECLARAÇÃO REFERENCIAL DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Eu, ..., representante legal da empresa inscrita no CNPJ ou CPF....., endereço .....**,** interessada em participar do CONCORRENCIA PUBLICA Nº 050/2026 promovida pela Prefeitura do Município de SANTA CRUZ DO ESCALVADO-MG, declaro, sob as penas da Lei Federal nº 14.133/2021, em relação à empresa mencionada acima, inexiste fato impeditivo para licitar e/ou contratar com a Administração Pública Direta, Indireta ou Autárquica.

Por ser verdade, firmamos a presente sob as penas da Lei.

DATA,..... DE ..... DE 2026.

_____

Assinatura do Representante

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 173/2026

CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº050/2026

ANEXO XIII -DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(entregar fora dos envelopes)

NOME DO LICITANTE: _____

CNPJ _____

ENDEREÇO: _____

TEL.: _____

Pela presente declaramos, para efeito do cumprimento ao estabelecido no Inciso I do artigo 63 da Lei 14.133/2021, sob as penalidades cabíveis, que cumpriremos plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital.

_____,_____ de _____de 2026.

_____

Assinatura do representante legal